



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2025
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO PIAUÍ

TERESINA, PI
2025

Ficha Técnica

Governador

Rafael Tajra Fonteles

Secretário de Estado de Planejamento

Washington Luís de Sousa Bonfim

Superintendente de Gestão

Monique de Menezes Urra

Superintendente de Planejamento e Orçamento Estadual

Adrienne Feitosa Arruda

Superintendente do Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial

Cíntia Bartz Machado

Superintendente de Monitoramento Estratégico

Gabriela Celso Melo Soares de Vasconcelos

Superintendente de Mineração e Energias Renováveis

Bruno Casanova Cerullo

Superintendente de Cooperação Técnico-Financeiro

Eduardo Andrade Speeden

Equipe Técnica

Karoline Vitória Gonçalves Fernandes

Fabiana Costa do Nascimento

Karol Jefferson Alves de Sousa

Antônio Fernando de Sousa Barbosa

Raphael Tataia

Giuly Augusto de Sousa Pedrosa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sede da Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí	13
Figura 2 - Valores da SEPLAN.	16
Figura 3 - Estrutura organizacional integral da Secretaria de Planejamento 21	
Figura 4 - Novos Servidores Efetivos da Seplan	24
Figura 5 - Materiais Institucionais produzidos pela SEPLAN para integração e embarque institucional dos novos servidores	26
Figura 6 - Encontro da Mentoria	27
Figura 7 - Ações e campanhas temáticas para os servidores da SEPLAN	28
Figura 8 - Evento Retribuir Futuro	29
Figura 9 - Ciclo de Gestão Estratégica	32
Figura 10 - Estrutura de Governança Estratégica e Monitoramento da Secretaria de Planejamento do Piauí	33
Figura 11 - Objetivos Estratégicos da SEPLAN	34
Figura 12 - Cadeia de Valor da SEPLAN	35
Figura 13 - Matriz FOFA SEPLAN	36
Figura 14 - Recebimento do prêmio de eficiência do 6º Fórum de Controle Interno do Estado do Piauí	37
Figura 15 - Certificado da premiação do III Concurso de Boas Práticas em Ouvidoria Pública do Piauí	40
Figura 16 - Página Inicial do COTAS-PI	41
Figura 17 - Sistema de Análise e Planejamento do Piauí (SAPO)	42
Figura 18 - Painel Fiscal (MFMP)	43
Figura 19 - Painel Orçamentário (MOMP)	45
Figura 20 - Manual de Gestão de Riscos Fiscais disponível no site da SEPLAN	46
Figura 21 - Integração da Gestão de Riscos Fiscais ao COTAS PI	47
Figura 22 - Site do Diálogos pelo Piauí	48
Figura 23 - Oficina do Diálogos pelo Piauí	49
Figura 24 - Plenária do Diálogos do Piauí	49
Figura 25 - Mutirão de cadastro e votação	51
Figura 26 - Vans do OPA	53
Figura 27 - Evento “Papo de Governança”	54
Figura 28 - Melhoria e Monitoramento do IDEG	56
Figura 29 - Evento Segunda Fase do Pactos pelo Piauí	57
Figura 30 - Observatório Quilombola e Indígenas do Piauí	58
Figura 31 - Capacitação em Indicadores Sociais na Gestão Pública (aula remota)	61
Figura 32 - Capacitação em Indicadores Sociais na Gestão Pública (aula presencial)	62
Figura 33 - Balanço de Governo 2025	63
Figura 34 - Relatório diagnóstico AER 2025	64
Figura 35 - Banner de divulgação PIB Estadual e Municipal 2022 e 2023	64
Figura 36 - Capa da apresentação PIB dos Territórios de Desenvolvimento	65
Figura 37 - Banner de divulgação relatório mensal do emprego formal no Piauí	66
Figura 38 - Boletim ambiental Indicadores de Saneamento Escolar e Desmatamento no	

Piauí.	66
Figura 39 - Boletim social	67
Figura 40 - Banner de divulgação boletim analítico da conjuntura econômica	67
Figura 41 - Informes socioeconômicos	68
Figura 42 - Diagnóstico Equidados 2025	68
Figura 43 - Guia de planejamento urbano	69
Figura 44 - Mapa dos territórios com Revisão dos limites municipais	70
Figura 45 - Mapa interativo de mineração	71
Figura 46 -Registro fotográfico	72
Figura 47 - Reuniões presenciais nos territórios	74
Figura 48 - Reunião técnica durante a visita à Sede da DIVISA. Missões de Supervisão com participação da SEPLAN, SESAPI e BIRD	76
Figura 49 - Políticas Minerárias do Piauí	79
Figura 50 - Lançamento do Observatório de Minas e Energia, realizado no Brazil Energy Conference	80
Figura 51 - Painel de Mineração do Estado do Piauí	81
Figura 52 - Painel de Energia do Estado do Piauí	81
Figura 53 - Estudo Geoeconômico do Estado do Piauí	82
Figura 54 - Apresentação do Plano Brasil Nordeste de Transformação Ecológica (PTE-NE) pelo Governador Rafael Fonteles	83
Figura 55 - Apresentação do programa Oportunidade Jovem aos representantes do município de Coivaras - PI.	84
Figura 56 - Editais Status de Report de Projeto	85
Figura 57 - Participação na 6ª Conferência das Cidades	86
Figura 58 - Obra da nova sede da SEPLAN	102
Figura 59 - Visita à obra da nova sede da SEPLAN	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de normativas que orientam a atuação da SEPLAN	15
Quadro 2 – Distribuição dos cargos de liderança por gênero	23
Quadro 3 - Dados Gerais de Controle Interno	35
Quadro 4 -Quantidade de Pareceres de Controle Interno	36
Quadro 5 - Detalhamento dos Marcadores Orçamentários (LDO e LOA)	42
Quadro 6 - Propostas construídas por Território	47
Quadro 7 - Resumo das Edições do OPA	48
Quadro 8 – Execução das Ações Orçamentárias por Programa	82
Quadro 9 - Execução orçamentária anual	83
Quadro 10 - Contratos e Bens Adquiridos	84
Quadro 11 - Relação de Gestores da Unidade	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quadro de Servidores por categoria	22
Gráfico 2 - Quantitativo de servidores(as) da Seplan que ocuparam cargos de liderança em 2025 por gênero	24
Gráfico 3 - Participação dos servidores por eixo estratégico do Programa Retribuir	29
Gráfico 4 - Detalhamento dos Pareceres de Controle Interno	37
Gráfico 5 - Ranking das 8 Cidades que mais Receberam Manifestações	38
Gráfico 6 – Propostas Aprovadas OPA 2025 – 2026.	50
Gráfico 7 - Evolução IDTRU-DL em 2025	57
Gráfico 8 - Execução Financeira Anual 2024/2025	85

LISTA DE ABREVIATURAS

AER.....	Análise Executiva de Resultados
CEPRO.....	Superintendência de Planejamento Participativo e Estudos Econômicos e Sociais
DCID.....	Diretoria de Ciências de Dados
DEEE.....	Diretoria de Estudos Econômicos e Estatísticos
DESA.....	Diretoria de Estudos Sociais e Ambientais
DEMPF.....	Diretoria de Projeções e Metas Fiscais
DGCR.....	Diretoria de Gestão de Convênios e Repasses
DIMA.....	Diretoria de Monitoramento de Ações
DMGD.....	Diretoria de Modernização e Governo Digital
DMPP.....	Diretoria de Monitoramento de Políticas Públicas
DOPP.....	Diretoria de Orçamento Participativo
DORC.....	Diretoria de Orçamento
DOEX.....	Diretoria de Operações Externas
DOIN.....	Diretoria de Operações Internas
DPEP.....	Diretoria de Planejamento Estratégico e Participativo
DPLN.....	Diretoria de Planejamento
DPRR.....	Diretoria de Planejamento para Resultados
FAPEPI.....	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí
FPE.....	Fundo de Participação dos Estados
GpR.....	Metodologia de Gestão por Resultados
IDTRU-DL.....	Índice de Desempenho da Gestão das Transferências Discricionárias e Legais da União
LDO.....	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA.....	Lei Orçamentária Anual
MGE.....	Modelo de Gestão Estadual Avançada
ODS.....	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OPA.....Orçamento Participativo

PNUD.....Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA.....Plano Plurianual

PSI.....Projeto Piauí Sustentável e Inclusivo

SEAD.....Secretaria de Administração e Previdência do Estado

SEMPI.....Secretaria das Mulheres

SEPLAN - PI....Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí

SIMO.....Sistema de Monitoramento de Obras

SIAFE.....Sistema Integrado de Administração Financeira

SSP.....Secretaria de Segurança Pública

STDG.....Superintendência de Transformação Digital

SUME.....Superintendência de Monitoramento Estratégico

SUMER..... Superintendência de Mineração e Energia Renovável

SUPOE.....Superintendência de Planejamento e Orçamento

SUTEF.....Superintendência de Cooperação Técnico-Financeira-Financeiro

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO	10
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	12
2.1 Apresentação Institucional.....	12
2.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES	14
2.3 Principais Normas Direcionadoras.....	15
2.4 Estrutura Organizacional	19
2.5 Força de Trabalho e Gestão de Pessoas	21
2.6 Políticas e Programas para Servidores.....	25
2.6.1 Resultados quantitativos e alcance institucional	29
3. GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS	30
3.1 Objetivos Estratégicos	32
3.2 Metas do ano em Exercício	33
3.4 Gestão de Riscos.....	35
3.5 Controle Interno	37
3.6 Ouvidoria	39
3.7 Principais Resultados	41
4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	84
4.1 Informações Contábeis e Gestão de Orçamento	85
4.2 Dos Contratos e dos Bens Adquiridos	87
APÊNDICE	102

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Para compreender os resultados que a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) entrega à sociedade, é fundamental conhecer antes a engrenagem que move a instituição. O Capítulo 2 oferece uma visão panorâmica da nossa organização, iniciando pelo nosso propósito estratégico e pelos valores que orientam nossa cultura. Na sequência, detalhamos como estamos estruturados legal e administrativamente para enfrentar os desafios do planejamento estadual. Encerramos o capítulo com foco no capital humano, apresentando o perfil da nossa equipe e os programas de gestão de pessoas que garantem um ambiente de trabalho profissional, motivador e eficiente.

2.1 Apresentação Institucional

A SEPLAN foi instituída pela Lei Estadual nº 2.772, de 14 de dezembro de 1966, com sua estrutura administrativa posteriormente alterada pela Lei nº 69, de 26 de novembro de 1971, e pela Lei nº 7.884, de 8 de dezembro de 2022, Lei da Reforma Administrativa do Estado do Piauí. A modificação mais recente ocorreu por meio da Lei nº 8.369, de 30 de abril de 2024.

Figura 1 - Sede da Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí



Fonte: SEPLAN, 2024.

Essa Secretaria é um órgão de administração direta do Poder Executivo que desempenha uma função central no Governo do Estado, sendo fundamental na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Sua atuação abrange

a organização e promoção de atividades institucionais e político-administrativas voltadas ao planejamento governamental. Além disso, a SEPLAN tem por finalidade elaborar a programação estratégica do orçamento estadual, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e social do Piauí. Também está sob sua responsabilidade planejar, orientar e supervisionar as políticas governamentais relacionadas à utilização e exploração de recursos minerais e energéticos do Estado.

Atribuições da Secretaria:

1. Coordenar o planejamento estratégico do Estado;
2. Elaborar e acompanhar projetos de desenvolvimento socioeconômicos para o Estado;
3. Levantar e divulgar dados e informações sobre o sistema produtivo e a realidade social do Estado;
4. Promover a captação de recursos junto a programas federais e organismos internacionais de cooperação e financiamento;
5. Coordenar o processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas;
6. Apoiar o processo de articulação regional e de modernização da gestão municipal;
7. Coordenar os entendimentos do Governo do Estado com entidades federais, internacionais e outros organismos financeiros, para obtenção de financiamentos e/ou recursos a fundo perdido para o desenvolvimento de programas estaduais;
8. Orientar a elaboração de propostas orçamentárias e de planos plurianuais pelas Secretarias de Estado e entidades descentralizadas e proceder a sua consolidação;
9. Promover e realizar pesquisas destinadas ao conhecimento dos processos econômicos, sociais e de gestão pública do Estado do Piauí;
10. Realizar estudos prospectivos de curto, médio e longo prazo;
11. Incentivar a pesquisa socioeconômica aplicada e o estudo e gestão das políticas públicas e de organizações públicas, visando o desenvolvimento sustentável do Piauí;
12. Subsidiar ações do governo no que concerne ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, aglutinando competências técnicas especializadas voltadas

- para todos os setores da economia piauiense, quanto à competitividade, melhoria da renda e capacidade arrecadadora;
13. Realizar atividades de pesquisa, planejamento econômico e assessoria técnica ao Governo Estadual nas áreas de sua competência;
 14. Formular, implementar, coordenar e executar a política governamental de aproveitamento e exploração dos recursos minerais e energéticos, bem como promover a interlocução junto ao Ministério de Minas e Energia e suas entidades vinculadas, objetivando melhorar o conhecimento geológico, através do mapeamento, da avaliação e cadastramento do potencial mineral do Estado, além das pesquisas energéticas;
 15. Avaliar, supervisionar e fiscalizar as atividades de pesquisa, lavra, fomento e aproveitamento de recursos minerais e energéticos, no âmbito dos organismos estatais e privados, respeitada a competência da União;
 16. Gerenciar e supervisionar a execução da política governamental relacionada ao aproveitamento das energias renováveis;
 17. Controlar e fiscalizar, no âmbito de sua competência, a exportação e importação de bens minerais;
 18. Fornecer aos órgãos competentes do Estado os dados relativos à mineração e à produção e distribuição de energia, para cobrança de royalties e tributos pertinentes;
 19. Elaborar o balanço e o modelo energético do Estado, tendo como parâmetro a política energética do Governo Federal e os interesses do Piauí, bem como os subsídios fornecidos pela Investe Piauí;
 20. Fornecer assessoria normativa aos órgãos do Estado responsáveis pela atração de novos investimentos em energias renováveis, especialmente eólica e solar.

2.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

As competências da secretaria estão fundamentadas na missão institucional, nos valores e na visão de futuro da instituição, a qual se encontra diretamente vinculada aos objetivos estratégicos do Estado, os quais são:

Missão

Contribuir para o desenvolvimento do Estado do Piauí, fomentando a integração, a coordenação e o apoio aos programas e às políticas para a melhoria da qualidade de entrega dos serviços públicos ao cidadão.

Visão

Ser reconhecida pela excelência no planejamento participativo, na gestão baseada em evidências e na produção de conhecimento socioeconômico em ações, programas e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e para a transformação digital do Estado do Piauí.

Valores

Figura 2 - Valores da SEPLAN.



Fonte: Elaboração própria da SUGESPLAN/SEPLAN.

2.3 Principais Normas Direcionadoras

A SEPLAN é fundamentada em um sólido arcabouço legal que define sua estrutura, competências e instrumentos de gestão. O **Quadro 1** consolida as normas

direcionadoras, abrangendo desde a legislação que estabelece a organização administrativa do Estado — com destaque para a **Lei nº 8.369, de 2024**, que atualizou as atribuições da Pasta (alterando a Lei nº 7.884/2022) — até os instrumentos constitucionais do ciclo orçamentário.

Estão listadas, também, as leis que instituem o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), pilares que regulam e orientam o **planejamento governamental e a gestão estratégica** do Estado do Piauí.

Quadro 1 - Relação de normativas que orientam a atuação da SEPLAN

NORMA	EMENTA
Lei nº 8.901, de 18 de dezembro de 2025.	Institui a Política Estadual de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, do Estado do Piauí.
Lei Complementar nº 329, de 17 de dezembro de 2025.	Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 315 que estabelece normas voltadas para a qualidade e sustentabilidade fiscal do Estado do Piauí e dá outras providências.
Decreto nº 23.886, de 10 de junho de 2025.	Aprova o novo Regimento Interno da Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN/PI.
Lei Complementar nº 315, de 06 de junho de 2025.	Estabelece normas voltadas para a qualidade e sustentabilidade fiscal do Estado do Piauí e dá outras providências.
Portaria conjunta SEFAZ/SEPLAN nº 001/2024	Estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para celebração, execução e prestação de contas referentes à transferência de recursos através de convênio, pelos órgãos e entidades do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 8.369, de 30 de abril de 2024.	Altera a Lei Ordinária nº 7.884, de 08 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Estado do Piauí, a Lei nº 6.021, de 05 de outubro de 2010, que autoriza a constituição da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Piauí - Investe Piauí, a Lei

NORMA	EMENTA
	nº 7.990, de 03 de março de 2023, que cria o Conselho de Transformação Digital, e a Lei nº 5.641, de 12 de abril de 2007, que cria o Instituto de Águas de Esgotos do Piauí e dá outras providências.
Decreto nº 23.006, de 23 de maio de 2024.	Altera o Decreto no 22.698, de 24 de janeiro de 2024, que institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo estadual e regulamenta a Lei Estadual no 7.884, de 08 de setembro de 2022, que inclui a função de ouvidoria nas atribuições da Secretaria de Governo.
Lei nº 8.202, de 01 de novembro de 2023.	Dispõe sobre a criação da Carreira de Gestão Governamental e seus cargos.
Decreto nº 22.069, de 15 de maio de 2023.	Dispõe sobre a criação do Programa de Orçamento Participativo do Estado do Piauí - OPA, com a realização de consulta direta e participação da população quanto à destinação de parcela do Orçamento do Estado do Piauí voltada a investimentos, nas zonas urbanas e rurais dos municípios de Teresina e Parnaíba.
Lei nº 7.990, de 03 de março de 2023.	Cria o Conselho de Transformação Digital, Economia Digital, Inteligência Artificial e Inovação. (Alterado pela lei 8.369, de 30 de abril de 2024)
Lei nº 7.884, de 08 de dezembro de 2022.	Lei de Organização Administrativa do Estado do Piauí.
Lei nº 7.357 de 03 de fevereiro de 2020	Institui a Política Estadual de Participação Social- PEPS e o Sistema Estadual de Participação Social - SEPS.
Lei nº 7211, de 22 de abril de 2019.	Modifica a estrutura de cargos da SEPLAN

NORMA	EMENTA
Lei Complementar nº 241, de 22 de abril de 2019.	Extingue a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO e dá outras providências.
Decreto nº 17.526, de 04 de dezembro de 2017	Reestrutura o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, revoga o Decreto 11.434, de 14 de julho de 2014, e dá outras providências.
Lei nº 6967 de 03 de abril de 2017.	Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências.
Lei nº 6.782, de 28 de março de 2016	Regula o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública do Estado do Piauí.
Decreto nº 16.199, de 28 de setembro de 2015.	Estabelece procedimentos sobre a descentralização do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Ações Estratégicas - SIMO, a liberação de recursos mediante alimentação do Sistema e dá outras providências.
Decreto nº 15.665, de 13 de junho de 2014.	Dispõe sobre o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, Monitoramento e Avaliação – SIPMA.
Decreto nº 15.188, de 22 de maio de 2013	Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Piauí, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII, do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º, do art. 216, todos da Constituição Federal.
Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007.	Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências.
Lei Complementar nº 042, de 02 de agosto de 2004.	Altera a Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003 e dá outras providências
Lei Complementar nº 034, de 29 de outubro de 2003.	Altera a Lei Complementar nº 05, de 12 de julho de 1991.

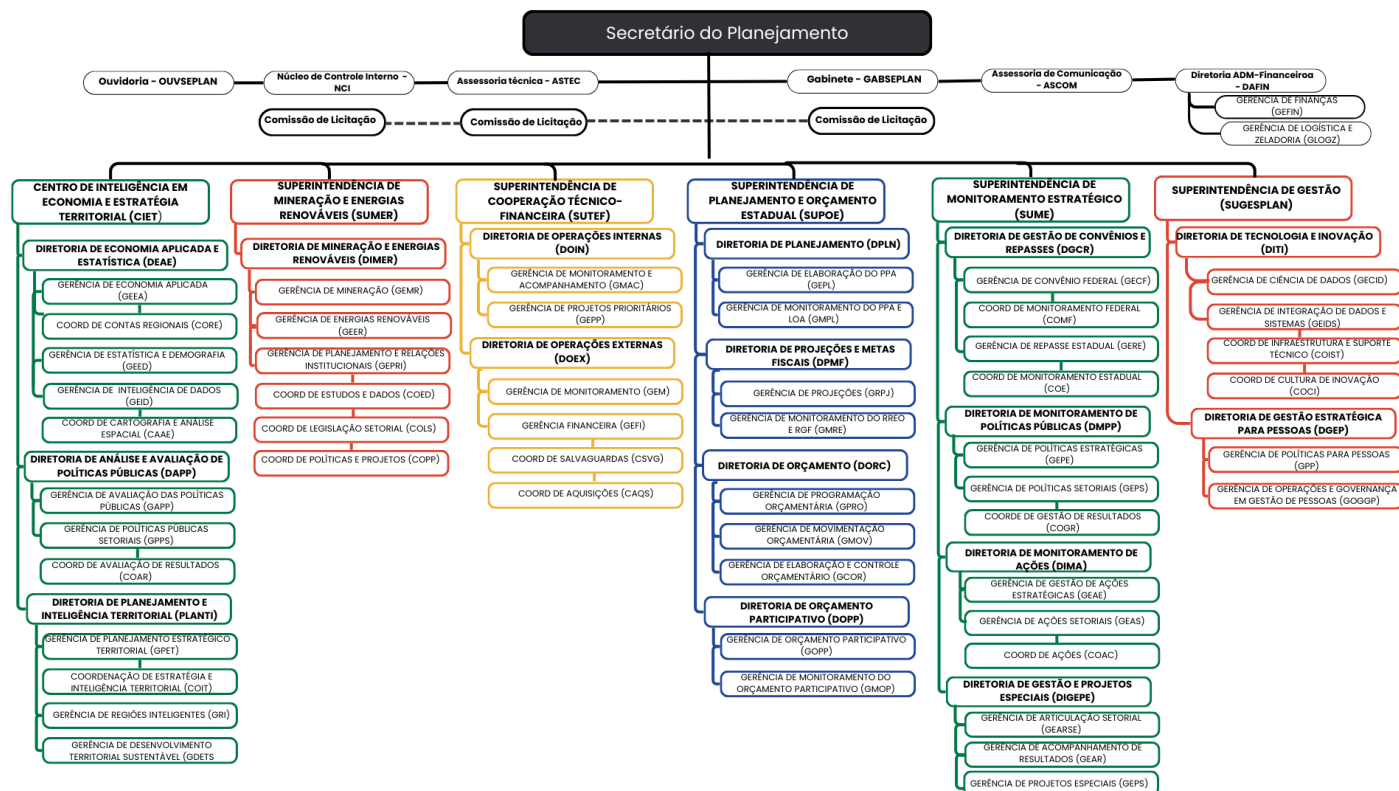
NORMA	EMENTA
Lei Complementar nº 5, de 12 de julho de 1991.	Dispõe sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do PPA, LDO e LOA.
Constituição do Estado do Piauí (1989)	Dispõe sobre a organização do Estado do Piauí, estabelecendo princípios da administração pública, o sistema estadual de planejamento, bem como as normas gerais relativas ao orçamento público, à elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).
Lei nº 69, de 26 de novembro de 1971.	Reorganiza o sistema de planejamento, reestrutura a coordenação do desenvolvimento do estado – Codese, denomina a Secretaria do Planejamento e dá outras providências.

Fonte: Elaboração própria da SEPLAN.

2.4 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da SEPLAN, no que se refere aos seus cargos e departamentos, está descrita no novo Regimento Interno da SEPLAN (Decreto nº 23.886, de 10 de junho de 2025). Esse documento abrange a organização do Gabinete, Superintendências, Assessorias Técnicas, Diretorias, Gerências, Controle Interno e a área administrativa.

Figura 3 - Estrutura organizacional integral da Secretaria de Planejamento



Fonte: Elaboração própria da SEPLAN, 2026.

Com base no novo Regimento Interno, a SEPLAN agora é composta por seis Superintendências, sendo cada uma responsável por áreas específicas. Estas, de forma integrada, desempenham suas atribuições para cumprir as competências da Secretaria e contribuir para o alcance da missão institucional, conforme descrito a seguir:

1. **Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET)** - Anteriormente denominado de Superintendência de Planejamento Participativo e Estudos Econômicos e Sociais - CEPRO, este tem como objetivo contribuir com o planejamento estratégico e o desenvolvimento econômico, social e ambiental do estado do Piauí, por meio da produção e disseminação de dados, estudos e pesquisas de interesse da Administração Pública e da Sociedade, voltada ao desenvolvimento sustentável.

2. **Superintendência de Cooperação Técnico-Financeira (SUTEF)** – Tem o objetivo de realizar os procedimentos de planejamento, de captação, de acompanhamento e de prestação de contas de recursos financeiros e de apoio técnico, por meio de operações de crédito junto a instituições financeiras e cooperação com organizações multilaterais, objetivando o desenvolvimento econômico e social do estado do Piauí.

3. **Superintendência de Planejamento e Orçamento Estadual (SUPOE)** - Tem como objetivo orientar, coordenar a elaboração e consolidação das propostas orçamentárias e planos plurianuais das Secretarias de Estados e entidades descentralizadas, bem como controlar e monitorar o orçamento estadual.

4. **Superintendência de Monitoramento Estratégico (SUME)** - Tem como objetivo gerenciar e supervisionar o processo de monitoramento visando aprimorar a atuação governamental para o alcance de resultados.

5. **Superintendência de Mineração e Energias Renováveis (SUMER)** - Tem como objetivo definir as políticas e diretrizes gerais de mineração e energias renováveis do Estado do Piauí.

6. **Superintendência de Gestão (SUGESPLAN)** - Criada em 2025, se tornando a Superintendência mais recente do órgão, esta tem como objetivo coordenar e supervisionar as atividades de gestão de pessoas, de cultura e infraestrutura de inovação e tecnologia interna da SEPLAN, bem como a gestão de projetos transversais e interdisciplinares da Administração Pública do Governo do Estado, que envolvem a SEPLAN e demais órgãos do Governo.

→ Para informações mais detalhadas sobre as responsabilidades de cada superintendência, acesse o nosso Regimento Interno: <https://drive.pi.gov.br/s/G3JZyq5dPj8x9fJ>

2.5 Força de Trabalho e Gestão de Pessoas

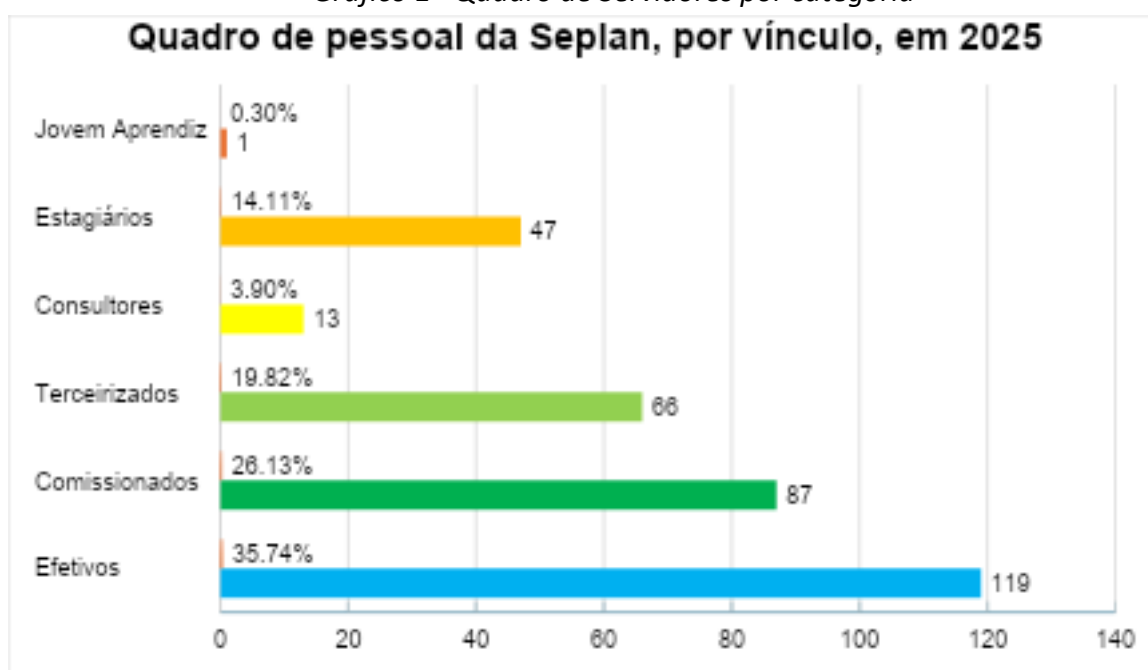
Ao longo de 2025, a Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí (SEPLAN) consolidou avanços significativos no campo da gestão de pessoas, fortalecendo

políticas institucionais orientadas à valorização humana, à integração organizacional e ao desenvolvimento estratégico da força de trabalho. As ações conduzidas refletem o compromisso da Secretaria com uma administração pública moderna, eficiente e humanizada, alinhada às demandas contemporâneas do serviço público e às transformações em curso no Estado.

No período, a Seplan contou com um quadro de pessoal diversificado e multidisciplinar, composto por **333** colaboradores, distribuídos entre servidores efetivos (quadro originário e à disposição na Seplan), comissionados exclusivos, terceirizados, estagiários, consultores e menor aprendiz, evidenciando a complexidade institucional e o caráter estratégico das atribuições exercidas no âmbito do planejamento governamental.

Esses quantitativos e sua distribuição por vínculo funcional encontram-se representados no Gráfico 1, apresentado logo abaixo, o qual sintetiza visualmente a composição do quadro de pessoal da Seplan em 2025, permitindo uma leitura objetiva da estrutura institucional e da diversidade de vínculos que sustentam a atuação do órgão.

Gráfico 1 - Quadro de Servidores por categoria

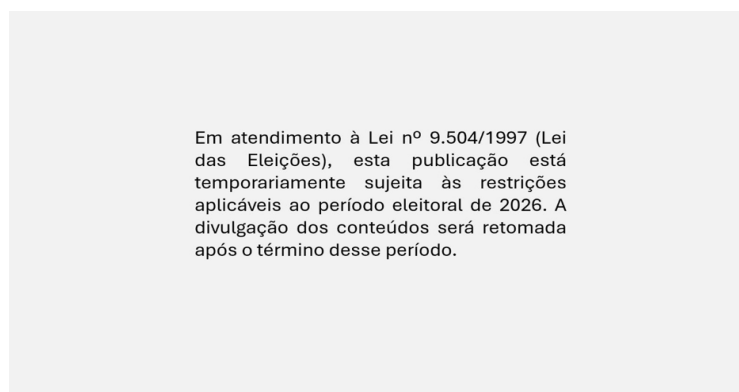


Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica para Pessoas da SEPLAN, 2025.

Um marco relevante de 2025 foi o fortalecimento do quadro efetivo da Seplan, com a nomeação de 20 candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024, homologado em abril de 2025. Dos nomeados, 17 tomaram posse e passaram a integrar a recém-implementada Carreira de Gestão Governamental, em especialidades essenciais como Infraestrutura, Planejamento e Orçamento e Tecnologia da Informação.

A ampliação desse corpo técnico representa um avanço estratégico para a capacidade institucional do Estado, qualificando a entrega de políticas públicas e reforçando o papel da Seplan como órgão central de planejamento.

Figura 4 - Novos Servidores Efetivos da Seplan



Fonte: ASCOM, 2025.

Paralelamente ao fortalecimento da estrutura funcional, a Seplan avançou na adoção de boas práticas voltadas à promoção da equidade de gênero, raça e diversidade nos espaços de liderança, em consonância com os compromissos assumidos no âmbito da Agenda 2030 e, especialmente, do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 (ODS 5 – Igualdade de Gênero).

Nesse contexto, destaca-se a atuação do Comitê Permanente de Gênero, Raça e Diversidade da Seplan, instância estratégica voltada à institucionalização de políticas internas de inclusão, igualdade de oportunidades e construção de ambientes laborais mais seguros, respeitosos e democráticos.

A distribuição dos cargos de liderança por gênero está detalhada no quadro 2, que apresenta o quantitativo de coordenações, gerências, diretorias e superintendências ocupadas por homens e mulheres no período.

Complementarmente, o Gráfico 2 consolida o quantitativo geral de servidores(as) em posições de liderança na Seplan em 2025, oferecendo uma representação visual do panorama institucional e reforçando o compromisso do órgão com a promoção de uma governança inclusiva e equitativa.

Quadro 2 – Distribuição dos cargos de liderança por gênero

Distribuição dos cargos de liderança entre homens e mulheres na Seplan em 2025		
Nível do Cargo	Mulheres	Homens
Coordenações	05	10
Gerências	25	15
Diretorias	08	11
Superintendências	04	02
Total geral	42	38

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas da SEPLAN.

Gráfico 2 - Quantitativo de servidores(as) da Seplan que ocuparam cargos de liderança em 2025 por gênero



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas da SEPLAN.

2.6 Políticas e Programas para Servidores

Em 2025, a gestão de pessoas estruturou suas ações em três eixos centrais:

- Integração e embarque institucional de novos servidores
- Programa estruturado de mentoria
- Campanhas de engajamento, saúde e valorização

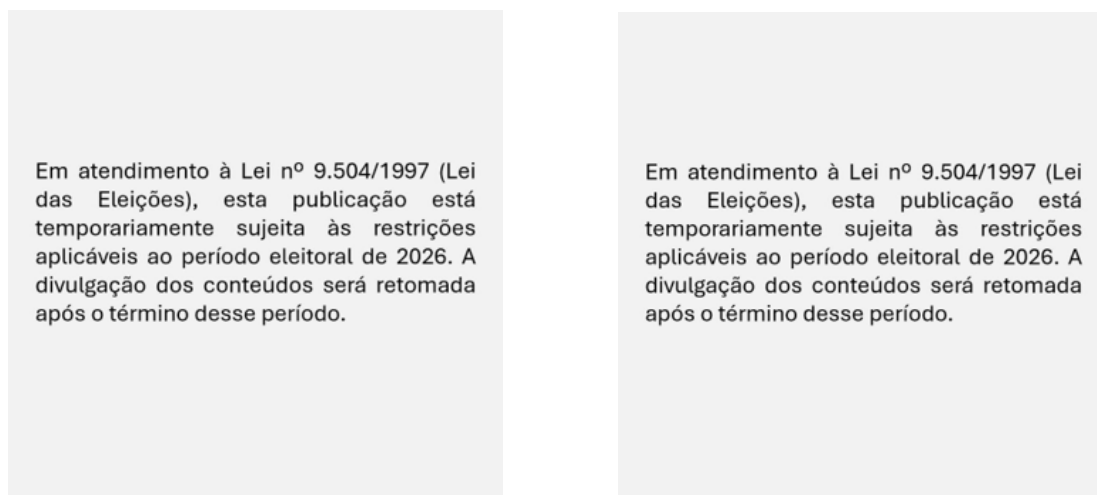
Essas iniciativas foram desenvolvidas no âmbito do Programa Retribuir, consolidando uma cultura organizacional orientada ao cuidado, ao acolhimento e ao desenvolvimento humano no setor público.

- **Integração e embarque institucional de novos servidores**

Com o objetivo de promover adaptação, senso de pertencimento e alinhamento institucional, a Seplan implementou, em 2025, um programa inovador de integração de novos servidores, estruturado em etapas de pré-embarque, formação inicial e acompanhamento contínuo no ciclo 30–60–90 dias.

O Programa incluiu trilhas formativas, participação das superintendências, entrega de materiais institucionais e um sistema de mentoria estruturado, permitindo integração acelerada à cultura organizacional e maior segurança funcional dos recém-ingressos.

Figura 5 - Materiais Institucionais produzidos pela SEPLAN para integração e embarque institucional dos novos servidores



Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica para Pessoas da SEPLAN, 2025.

→ Acesse os materiais na íntegra em: <https://drive.pi.gov.br/s/LAJWKjBeoHK6Lzq>

★ Destaque nacional e reconhecimento científico (Qualis A2)

A inovação do Programa de Embarque ultrapassou os limites institucionais e alcançou reconhecimento acadêmico nacional, com publicação em periódico científico classificado como Qualis A2, por meio do artigo:

“Programa de Embarque da SEPLAN: uma experiência inovadora de integração de servidores na administração pública direta do Estado do Piauí”, Revista REGEO, 2025.

A publicação evidencia a experiência como prática pioneira na profissionalização da gestão pública estadual, com potencial de institucionalização e replicabilidade em outros órgãos. Consolidando a Seplan como referência nacional em inovação na gestão pública estadual.

→ Acesse o artigo na íntegra: <https://revistageo.com.br/revista/article/view/1173>

● Programa Estruturado de Mentoria

Complementando o processo de integração, foi desenvolvido um programa de mentoria voltado aos novos servidores, com encontros quinzenais e acompanhamento direto de mentores institucionais. Em 2025, participaram 17 novos servidores e 16 mentores, fortalecendo vínculos organizacionais, cultura colaborativa e suporte funcional estruturado.

Os resultados demonstraram elevado nível de satisfação e integração progressiva dos participantes, reafirmando a efetividade da iniciativa.

Figura 6 - Encontro da Mentoria



Fonte: SEPLAN, 2025.

- **Campanhas de engajamento, saúde e valorização**

Durante todo o ano, a Seplan promoveu uma agenda contínua de ações voltadas à saúde mental, bem-estar, integração e valorização simbólica dos servidores, com campanhas temáticas como Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, além de iniciativas como Circuito Saúde, Rodas de Conversa, Feira da Agricultura Familiar e o Workshop das Emoções.

Essas ações reforçam o compromisso institucional com ambientes de trabalho mais saudáveis, acolhedores e sustentáveis.

Figura 7 - Ações e campanhas temáticas para os servidores da SEPLAN

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: ASCOM/SEPLAN, 2025.

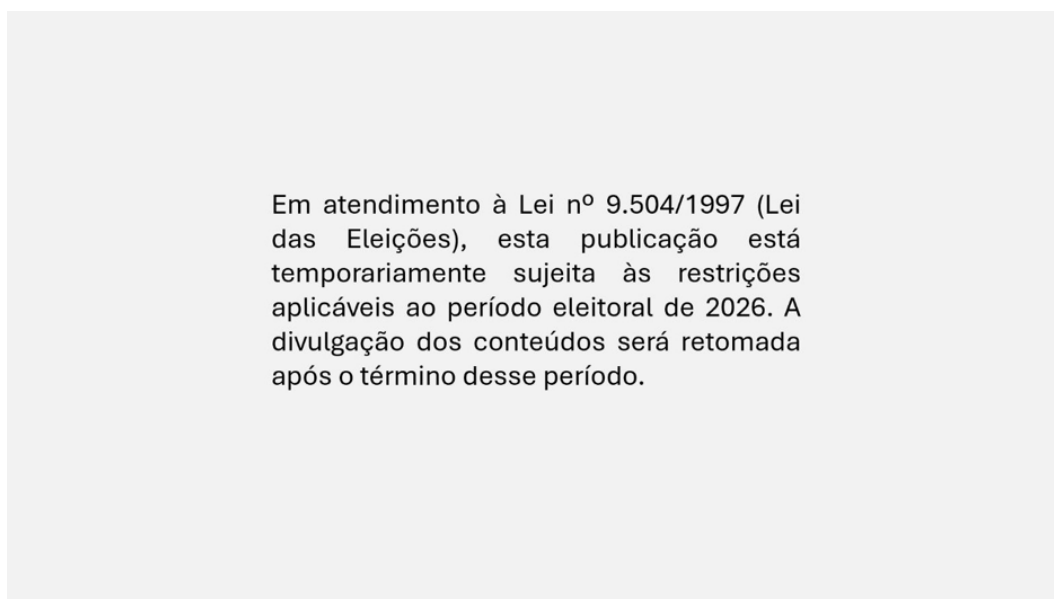
Evento Retribuir Futuro – Planejando Novos Caminhos

Entre as ações de maior destaque, o evento Retribuir Futuro, realizado em setembro de 2025, consolidou-se como uma iniciativa estratégica de preparação para aposentadoria e planejamento de vida pós-carreira.

O workshop reuniu cerca de 200 participantes, abrangendo servidores de diversos órgãos estaduais, e abordou temas essenciais como previdência, saúde emocional, educação financeira, empreendedorismo e novos projetos de vida.

A ação obteve avaliação média superior a 4,7 (escala de 1 a 5), demonstrando elevado impacto institucional e reconhecimento pelos participantes.

Figura 8 - Evento Retribuir Futuro



Fonte: SEPLAN, 2025.

★ Destaque nacional em periódico Qualis A2

O Projeto Retribuir Futuro também ganhou visibilidade acadêmica e nacional, com publicação em periódico classificado como Qualis A2, por meio do artigo:

“Inovação na Gestão de Pessoas: o Projeto Retribuir Futuro como estratégia para a preparação para aposentadoria”, Revista Direito e Ciências Sociais (DCS), 2025.

O estudo ressalta os impactos do projeto na redução de ansiedades relacionadas à transição funcional, no fortalecimento do vínculo institucional e na construção de uma cultura pública mais humanizada e planejada.

Acesse o artigo na íntegra: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/issue/view/86>

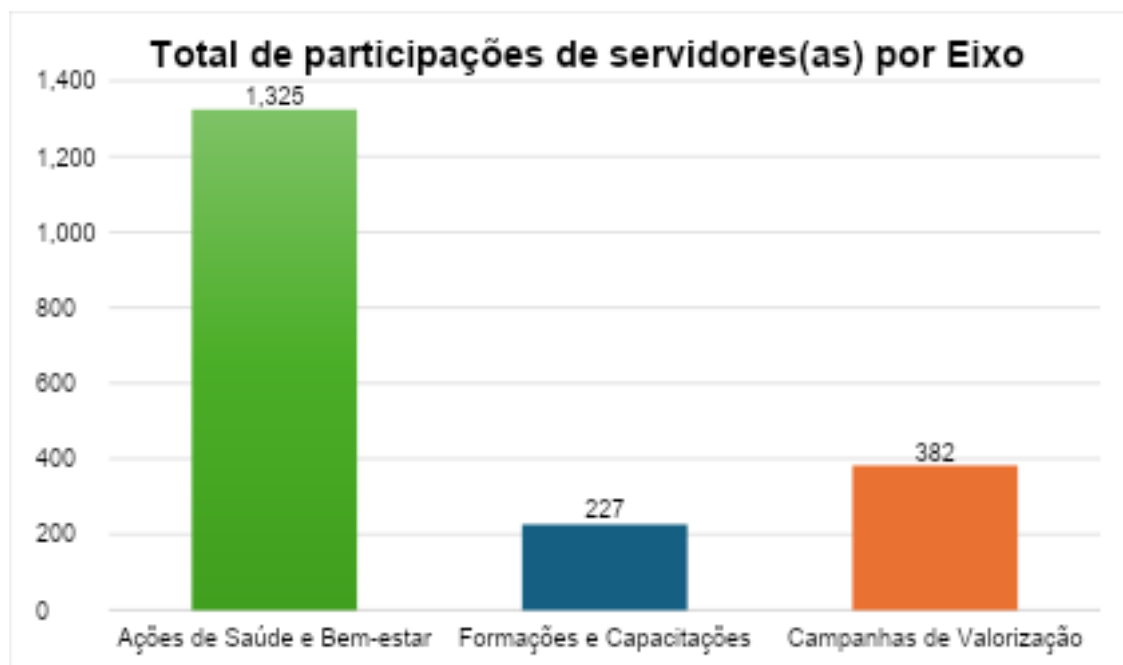
2.6.1 Resultados quantitativos e alcance institucional

As ações realizadas em 2025 registraram expressivos indicadores de participação:

- **1.325 participações** em ações de saúde
- **227 participações** em eventos formativos
- **382 participações** em campanhas de valorização
- **17 servidores embarcados**
- **16 mentores engajados**

A participação dos servidores nas ações realizadas ao longo do ano encontra-se sistematizada no Gráfico abaixo, que apresenta a distribuição dos indicadores por eixo estratégico, evidenciando o alcance institucional do Programa Retribuir e a amplitude das iniciativas desenvolvidas em saúde, formação contínua e valorização funcional.

Gráfico 3 - Participação dos servidores por eixo estratégico do Programa Retribuir



Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica para Pessoas da SEPLAN, 2025.

Esses resultados evidenciam uma gestão de pessoas estratégica, inovadora e centrada no desenvolvimento humano, reafirmando o compromisso da Seplan com a valorização de quem constrói diariamente o futuro do Estado do Piauí.

3. GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS

A governança pode ser compreendida como o processo de ação do governo, envolvendo a qualidade e a efetividade das instituições, sendo operacionalizada pela capacidade de um governo em elaborar e aplicar normas, bem como prestar serviços públicos (Fukuyama 2013). Deste modo, a governança envolve um conjunto de ações e premissas que guiam o governo para a geração de ganhos incrementais na prestação do serviço público e na redução da burocracia, visando sempre a melhora na prestação de serviços e políticas para os cidadãos (Filgueiras, 2018: 79).

No âmbito do setor público, a governança é o conjunto de diretrizes e estruturas que orientam a ação estatal para a geração de valor público. Segundo Teixeira e Gomes (2019), ela se materializa em uma cultura de gestão focada em resultados, integrando planejamento estratégico, metas e indicadores. Mais do que eficiência administrativa, a governança exige transparência, integridade e coordenação para assegurar que as políticas públicas sejam sustentáveis e atendam às reais demandas da sociedade.

Para operacionalizar esses princípios, a estrutura de gestão adota a lógica do ciclo PDCA (*Plan, Do, Check, Act*), promovendo a melhoria contínua e o aprendizado institucional. Nesse modelo, a governança não é estática, mas um processo dinâmico onde o monitoramento constante e a análise de evidências permitem corrigir rotas e ajustar decisões de forma tempestiva, garantindo maior eficiência e legitimidade à atuação do Estado (PIAUÍ, 2024)¹.

Somado a isso, Araújo (2002)² associa a governança com a capacidade que o Estado tem para formular e implementar suas políticas e, para isso, utiliza-se de competências financeiras, gerenciais e técnicas. Tais competências, são possíveis de serem observadas no ciclo de Gestão Estratégica que envolve: planejamento, execução, monitoramento e avaliação.

¹ Manual Técnico para o Plano Plurianual 2024-2027.

² ARAÚJO, V. C. A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho. Brasília: Enap, 2002.

A etapa de planejamento define as prioridades por meio da elaboração de instrumentos de gestão para curto, médio e longo prazo (PIAUÍ, 2020)³. A partir disso, dar-se curso à etapa de realização e direção – por meio da execução.

Em seguida, ocorre a etapa de monitoramento, que se trata do macroprocesso que avalia se os projetos e as ações planejados estão sendo realizados como previstos para que, assim, possa garantir o cumprimento da orientação, visando evitar riscos e destacando a ideia de que a atuação pública deve apresentar efetividade e economicidade. Temos como exemplo os ciclos de acompanhamento e análise de execução orçamentária, financeira e física (PIAUÍ, 2020).

Por fim, a etapa de avaliação busca verificar a efetividade dos projetos e ações prioritárias estabelecidas pela gestão nos instrumentos formais, permitindo o aperfeiçoamento contínuo e a incorporação de aprendizados no ciclo de gestão. A partir desse ponto, a organização direciona sua capacidade de execução para resolver os problemas previamente identificados. Esse ciclo está ilustrado na Figura 9.

Figura 9 - Ciclo de Gestão Estratégica



Fonte: Elaboração própria da SUGESPLAN/SEPLAN.

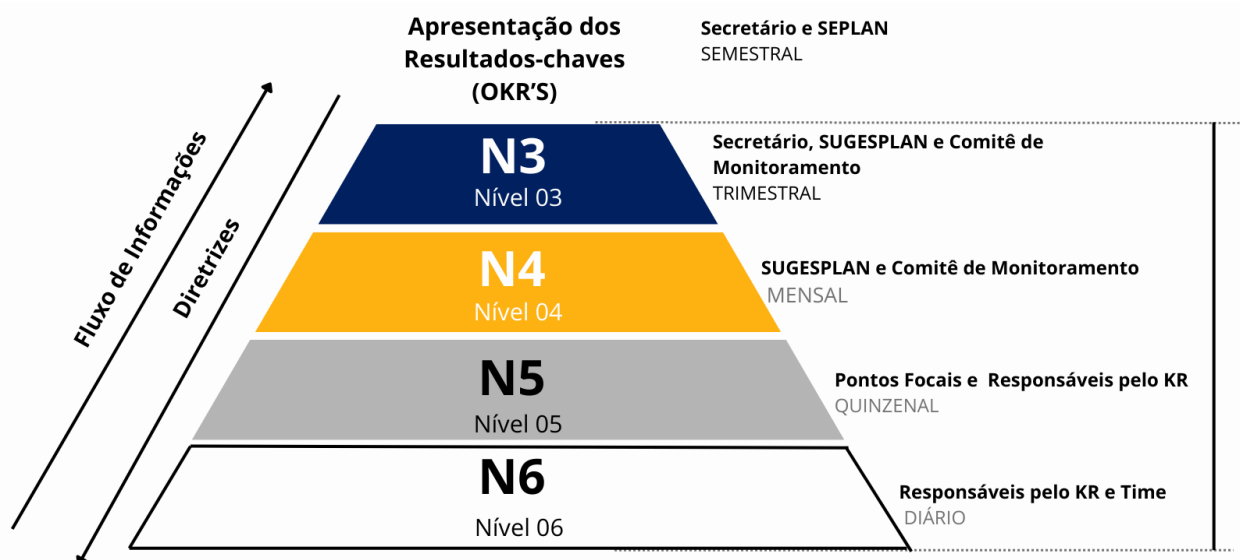
Na Secretaria do Planejamento (SEPLAN), o ciclo acima foi adaptado e fortalecido no fim de 2024 por meio da construção do **Planejamento Estratégico 2025-2026**. Desenvolvido com a consultoria especializada da **Motriz**, esse processo não foi apenas um exercício teórico, mas um marco de reestruturação institucional. A parceria permitiu diagnosticar gargalos, redefinir processos, engajar as equipes e

³ PIAUÍ. Manual de Gestão por Resultados do Governo do Estado do Piauí. 2020. Disponível em: <http://antigo.SEPLAN.pi.gov.br/mc.pdf>

alinhar a atuação das seis superintendências em torno de objetivos comuns, transversais e prioritários, conectando a alta administração à operação diária.

Nesse sentido, a estrutura de governança da Secretaria de Planejamento, fundamenta-se no Modelo de Gestão Estadual Avançada (MGE) para alinhar os compromissos de governo aos Resultados-Chave (KRs) da pasta. Para garantir as entregas, implementamos uma rotina de monitoramento escalonada em quatro níveis: reuniões **trimestrais** para balanço estratégico com a alta gestão; **mensais** para reporte tático; **quinzenais** para desbloqueio de entraves; e **diárias** para ajustes operacionais das equipes. Conforme apresentado a seguir:

Figura 10 - Estrutura de Governança Estratégica e Monitoramento da Secretaria de Planejamento do Piauí



Fonte: Elaboração própria da SUGESPLAN/SEPLAN, 2025.

3.1 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos são estruturados em cinco eixos que delineiam a direção que a organização deve seguir e definem os meios necessários para alcançar suas finalidades institucionais.

A imagem a seguir, representa de maneira sintetizada o que se deseja alcançar e qual é a prioridade dentro das principais áreas de atuação da SEPLAN-PI.

Figura 11 - Objetivos Estratégicos da SEPLAN



Fonte: Elaboração própria da SUGESPLAN/SEPLAN, 2025.

3.2 Metas do ano em Exercício

Para o exercício de 2025, as metas da SEPLAN foram desdobradas diretamente dos Resultados-Chave (Key Results - KRs) definidos no Planejamento Estratégico Institucional. Adotando essa metodologia, cada meta apresentada a seguir constitui uma entrega específica, mensurável e temporalmente definida. Essa abordagem assegura que os objetivos de curto, médio e longo prazo sejam traduzidos em compromissos anuais tangíveis, permitindo um monitoramento preciso da execução e garantindo o alinhamento total entre a estratégia da pasta e suas entregas operacionais.

Ressalta-se que, em observância ao princípio da continuidade administrativa, os Resultados-Chave não concluídos integralmente neste exercício foram incorporados ao planejamento estratégico de 2026, assegurando a continuidade das ações e a efetividade das entregas pactuadas.

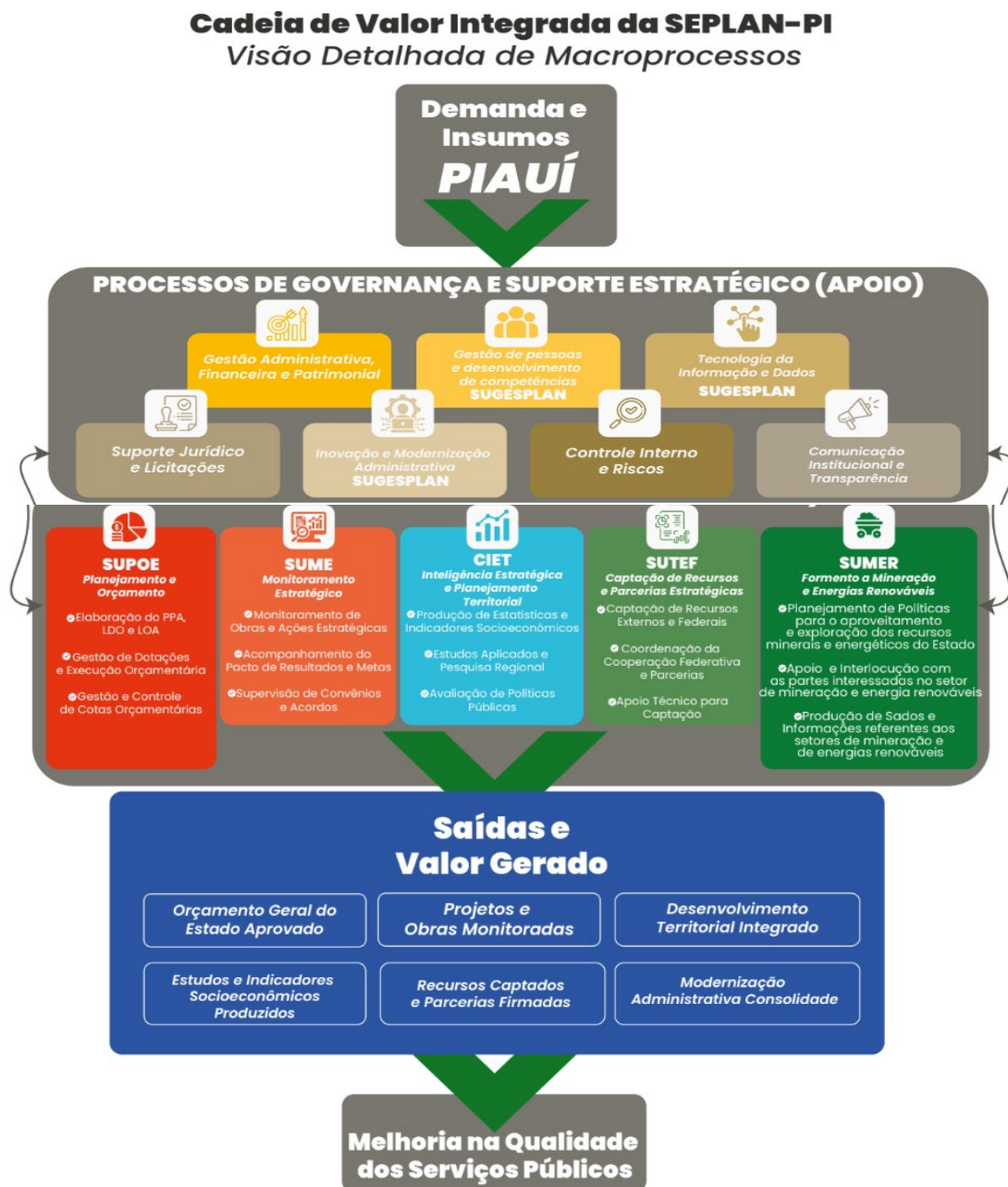
→ Acesse o *Business Intelligence* de monitoramento dos resultados-chave de 2025 para uma visualização mais detalhada:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZTliMTY4YzUtODNlMy00MTIhLWFhN>

[zAtYzZmMDMxYThkODYwliwidCI6IjI0ZGIwOWQ3LTI5MTctNGYzZC04YTUyLTM0YjFiMWlyYTM1OSJ9](#)

3.3 Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor da SEPLAN, ilustrada na Figura abaixo, apresenta os macroprocessos executados pela instituição, evidenciando de forma estruturada como cada um deles contribui para o cumprimento da missão institucional. Essa representação permite visualizar a interconexão entre as atividades realizadas e a forma como elas geram valor para o governo e a sociedade, fortalecendo sua atuação estratégica e administrativa.

Figura 12 - Cadeia de Valor da SEPLAN



Fonte: Elaboração própria da SUGESPLAN, 2025.

3.4 Gestão de Riscos

A identificação de riscos no setor público desempenha um papel fundamental no aprimoramento da tomada de decisões, contribuindo para a melhoria da qualidade, tempestividade e eficácia dos serviços prestados à sociedade. A compreensão clara

dos riscos e de seus potenciais impactos possibilita a formulação de medidas estratégicas de mitigação, fortalecendo a capacidade institucional de resposta a cenários adversos. Ademais, a gestão adequada dos riscos promove o desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada à prevenção e à eficiência, assegurando maior alinhamento às metas institucionais e ao alcance dos resultados almejados.

Nesse sentido, elaborou-se a matriz FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças) decorrente do inglês *SWOT* (*strengths, weakness, opportunities, and threats*), que corresponde a uma ferramenta que permite analisar o contexto em que está inserida a instituição e como ele exerce influência no seu funcionamento. De acordo com Chiavenato e Sapiro (2003)⁴, a Matriz *SWOT* permite fazer uma análise tanto interna como externa, apontando os pontos fortes e fracos no ambiente interno, assim como as oportunidades e ameaças no ambiente externo, possibilitando o planejamento a favor das oportunidades e mitigação de possíveis ameaças.

Na SEPLAN, esse gerenciamento de riscos é realizado através do cruzamento contínuo entre nossas potencialidades e vulnerabilidades, conforme detalhado a seguir:

Figura 13 - Matriz FOFA SEPLAN



Fonte: Elaboração própria da SUPOE/SEPLAN.

⁴ CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento estratégico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

3.5 Controle Interno

A SEPLAN-PI, por meio do Núcleo de Controle Interno (NCI), realizou, no exercício de 2025, a avaliação de processos administrativos de contratação e de pagamento de despesas públicas, com a emissão de relatórios técnicos elaborados no âmbito do Sistema Integrado de Controle Interno (SINCIN).

A aplicação sistemática dos roteiros disponibilizados pelo SINCIN evidenciou que o Controle Interno não se restringe à verificação formal de documentos, mas exerce papel essencial na qualificação dos atos administrativos, atuando de forma **preventiva, orientativa e corretiva** ao longo de todo o ciclo da despesa pública.

A incorporação efetiva do SINCIN à rotina do NCI/SEPLAN fortaleceu a cultura de controle, elevou o padrão técnico das manifestações e promoveu a melhoria contínua dos procedimentos administrativos da Secretaria.

Esse desempenho institucional que vem sendo executado ao longo dos anos, foi reconhecido publicamente quando, em 2024, a SEPLAN-PI recebeu premiação de eficiência durante o 6º Fórum de Controle Interno do Estado do Piauí, evidenciando o comprometimento da Pasta com as boas práticas de governança, integridade e controle.

Figura 14 - Recebimento do prêmio de eficiência do 6º Fórum de Controle Interno do Estado do Piauí



Fonte: SEPLAN (2024).

Quadro 3 - Dados Gerais de Controle Interno

ANO	QUANTIDADE DE PROCESSOS ANALISADOS	VALORES ANALISADOS
2024	707	R\$ 64.450.830,61
2025	1005	R\$ 166.326.405,96

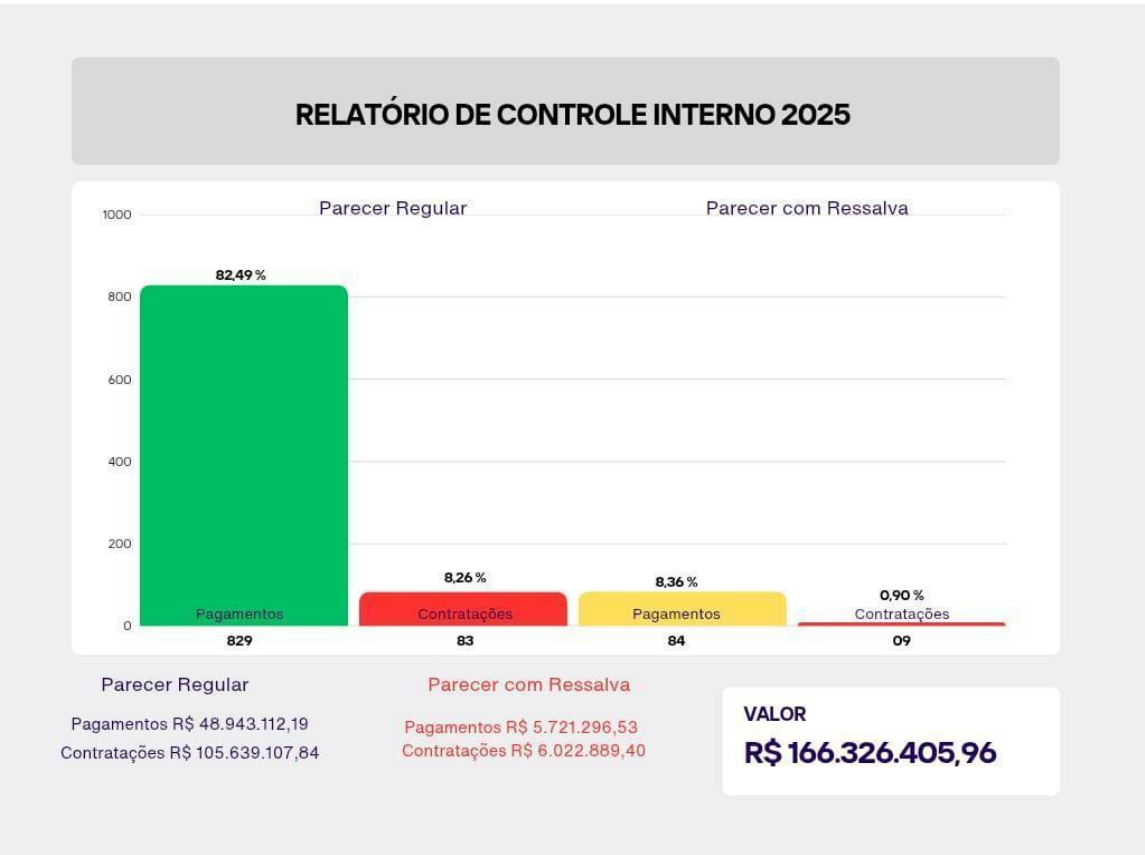
Fonte: Núcleo de Controle Interno - Relatório SINCIN 2024-2025

Quadro 4 -Quantidade de Pareceres de Controle Interno

TIPO	QUANTIDADE	PERCENTUAL	VALOR
PAGAMENTOS	913	90,85%	R\$ 48.943.112,19
CONTRATAÇÕES	92	9,16%	R\$ 105.639.107,84

Fonte: Relatório SINCIN 2025

Gráfico 4 - Detalhamento dos Pareceres de Controle Interno



Fonte: Relatório SINCIN 2025

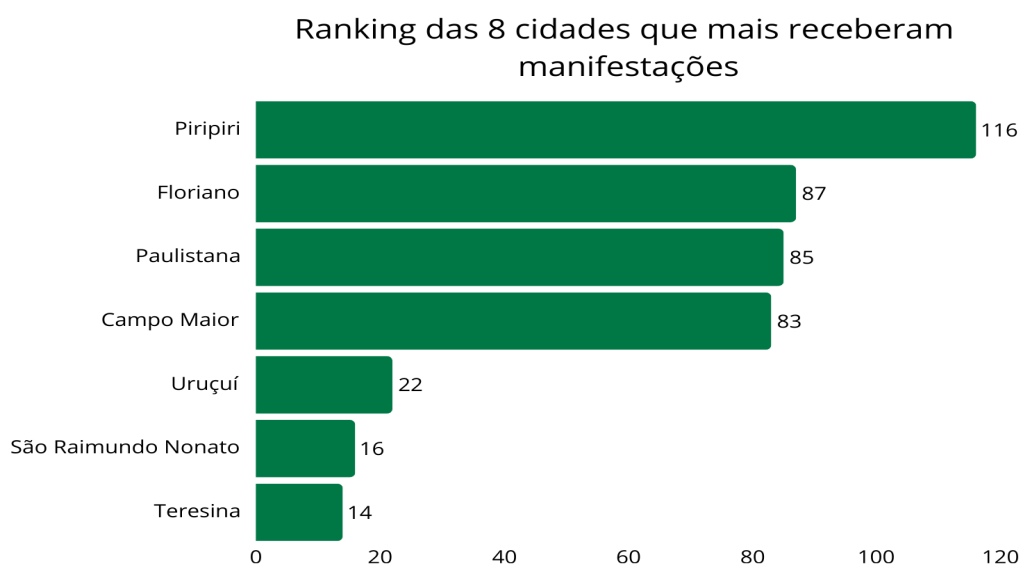
As análises de conformidade da instrução processual realizadas proporcionaram eficiência e eficácia nos procedimentos administrativos do Sistema de Controle Interno do Órgão, assegurando a minimização dos riscos inerentes na Administração Pública. O controle interno desempenha um papel fundamental na promoção da boa governança e no fortalecimento das instituições democráticas.

3.6 Ouvidoria

A Ouvidoria Setorial da Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN/PI), por meio da plataforma Fala.BR como canal oficial, consolida-se como instrumento fundamental de diálogo, transparência e gestão participativa. O ano de 2025 foi marcado por um significativo engajamento da população e pela contínua busca por excelência no atendimento ao cidadão.

Ao longo do ano, foram registradas 436 manifestações por meio do Fala.BR. A análise da distribuição geográfica destaca a forte participação do interior do Piauí, impulsionada pelo projeto "Diálogos pelo Piauí". As cidades que mais interagiram com a Secretaria foram: **Piripiri (116 manifestações)**, **Floriano (87 manifestações)** e **Paulistana (85 manifestações)**. Teresina registrou apenas 14 manifestações.

Gráfico 5 - Ranking das 8 Cidades que mais Receberam Manifestações



Fonte: [FALA.BR](#), 2025.

A grande maioria das mensagens recebidas foram **elogios**, representando 82,8% das manifestações. Reclamações, solicitações e sugestões representaram respectivamente, 8,03%; 5,05 % e 2,75%. Quanto ao tema dos assuntos tratados, cinco temas foram os mais frequentes, sendo:

- **Serviços Públicos:** 176 manifestações.
- **Planejamento e Políticas Públicas:** 89 manifestações.
- **Ações Afirmativas:** 88 manifestações.
- **Atendimento ao Público:** 18 manifestações.
- **Gestão Pública Administrativa:** 13 manifestações.

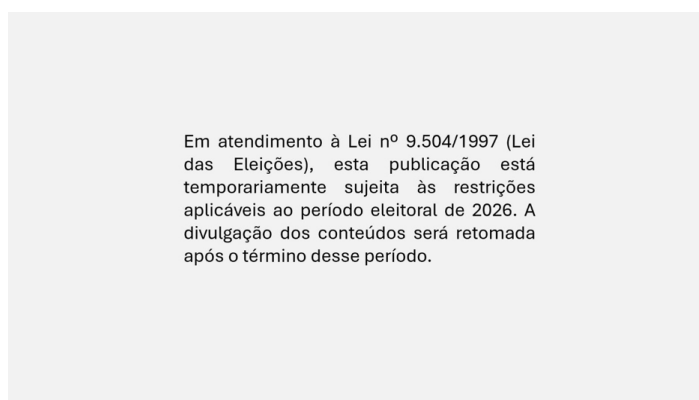
Destaque e Reconhecimento

Em 2025, a excelência do trabalho desenvolvido pela Ouvidoria da SEPLAN foi reconhecida oficialmente no III Concurso de Boas Práticas em Ouvidoria Pública do Piauí, promovido pela Ouvidoria Geral do Estado (OGE).

A presente ouvidoria conquistou o 1º lugar na “Categoria 2 – Atendimento e Eficiência”. A vitória decorreu da avaliação objetiva de indicadores que considerou:

- Percentual de respostas dentro do prazo legal;
- Tempo médio de resposta;
- Quantidade de manifestações atendidas.

Figura 15 - Certificado da premiação do III Concurso de Boas Práticas em Ouvidoria Pública do Piauí



Fonte: Ouvidoria SEPLAN, 2025.

Esta premiação valida o compromisso institucional com a qualidade no serviço público, a transparência e a efetividade no diálogo com a sociedade, integrando-se a um esforço contínuo de modernização e capacitação da equipe.

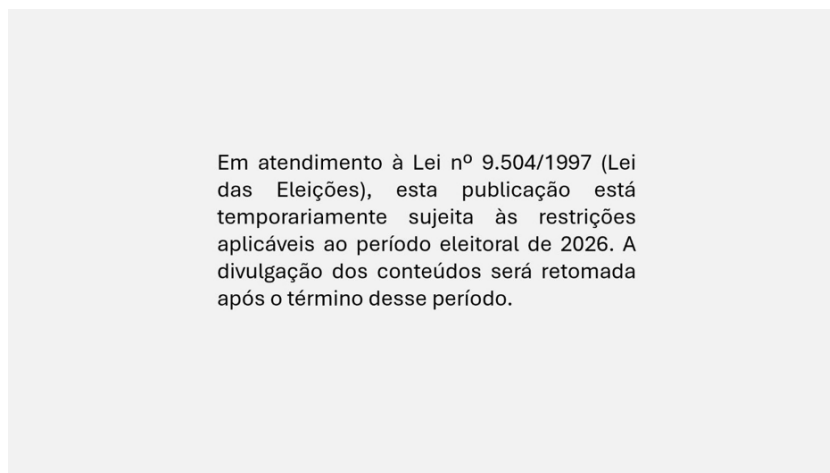
3.7 Principais Resultados

Em 2025, as principais entregas realizadas pela Secretaria nas seguintes áreas foram:

Planejamento e Orçamento

No âmbito do processo de modernização dos instrumentos de planejamento e orçamento do Estado, a Superintendência de Planejamento e Orçamento (SUPOE) desempenhou papel estratégico, iniciando com a criação da plataforma **COTAS PI** como instrumento oficial de apoio à elaboração, acompanhamento e monitoramento dos instrumentos de planejamento e orçamento, compreendendo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Figura 16 - Página Inicial do COTAS-PI



Fonte: COTAS-PI, 2026.

A plataforma passou a centralizar a gestão orçamentária em um ambiente digital único, integrando os órgãos setoriais e padronizando fluxos e prazos. Com acesso seguro via portal GOV PI e rastreabilidade total das ações, o sistema elevou o nível de controle interno. Ele permite o monitoramento contínuo de limites e alterações orçamentárias (como suplementações), oferecendo trilhas de auditoria, histórico detalhado e indicadores gerenciais que garantem a confiabilidade dos dados.

A segunda ferramenta criada, em parceria com a DITI, foi o **Sistema de Análise e Planejamento do Piauí (SAPO)**, desenvolvido para otimizar o fluxo de processos do SEI na Superintendência de Orçamento. A ferramenta representou um marco disruptivo ao automatizar etapas críticas de suplementação e movimentação orçamentária, substituindo trâmites manuais por um fluxo padronizado. O resultado foi a redução de inconsistências operacionais e o aumento da segurança e transparência na gestão das dotações.

Figura 17 - Sistema de Análise e Planejamento do Piauí (SAPO)

The screenshot displays the SAPO system interface. At the top, there's a header with the SAPO logo and navigation tabs: 'Solicitações Orçamentárias', 'Validação do Gestor', 'Resumo do Dia', and 'Decreto'. Below the header, there are filters for 'Unidade Gestora', 'Município', 'Fonte', 'Território', 'Tipo de Solicitação', and 'Status'. The main dashboard area shows four summary boxes: 'Total de Processos' (2759), 'Municípios Solicitantes' (198), 'Unidades Gestoras' (84), and 'Valor das Solicitações' (R\$7.206.819.518,56). To the right, there's a box for 'Valor Atendido' (R\$4.435.964.164,51). Below these, a table lists individual budget requests with columns: 'Nº do Processo', 'UG', 'Objeto', 'Tipo de Solicitação', 'Fonte', 'Valor Original', 'Valor de Atendimento', and 'Status'. The table contains 10 rows of data, showing various requests from different units and their current status (e.g., 'ATENDIDO', 'DEVOLVIDA PARA UG'). At the bottom left, there's a user profile for 'WENDELL ROCHA'.

Nº do Processo	UG	Objeto	Tipo de Solicitação	Fonte	Valor Original	Valor de Atendimento	Status
00317.00311/2025-99	SEAGRO	REFERENTE A PATROCÍNIO DE DOCUMENTÁRIO SOB...	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAL	706	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	ATENDIDO
00343.000541/2025-13	COORD.JUVENTUDE	TRATA-SE DE SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO PARA EMIS...	EVENTO	501	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	DEVOLVIDA PARA UG
00319.005621/2025-42	SETRANS	SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO PARA EMISSÃO DE AUTORE...	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA	500	R\$ 412.316,09	R\$ 412.317,00	ATENDIDO
00119.001696/2025-21	IDEP	SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXCEPCIONAR O...	CONTAS PÚBLICAS	500	R\$ 43.892,30	R\$ 43.892,30	ATENDIDO
00110.00114/2025-96	FAPER	FAPER - MERLONG SOLANO	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAL	706	R\$ 148.500,00	R\$ 148.500,00	ATENDIDO
00317.001236/2025-66	SEAGRO	ESTRUTURA EXPOAP - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS - D...	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAL	706	R\$ 650.005,11	R\$ 650.005,11	ATENDIDO
00015.003258/2025-45	GABMILITAR	TRATA-SE DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EX...	LOCAÇÃO DE AERONAVES	500	R\$ 725.980,00	R\$ 725.980,00	ATENDIDO
00234.000906/2025-66	SEFIR	TRATA-SE DE SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO PARA EMIS...	HÃO DE OBRA TERCEIRIZADA	500	R\$ 24.040,53	R\$ 24.200,00	ATENDIDO
00237.000309/2025-92	AGRESPI	SOLICITAÇÃO PARA PAGAMENTO DAS ARTS DE CARGO...	TAXAS	500	R\$ 823,73	R\$ 823,73	ATENDIDO
00343.000534/2025-11	COORD.JUVENTUDE	SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXCEPCIONAR O...	EVENTO	501	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	DEVOLVIDA PARA UG

Fonte: SAPO, 2025.

No que diz respeito ao processo de modernização do ciclo de planejamento e orçamento do Estado, houve a incorporação da visão de médio prazo às decisões fiscais e orçamentárias, a partir da consolidação do **Marco Fiscal de Médio Prazo (MFMP)**, que estabelece os limites fiscais agregados, e do **Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP)**, responsável pela operacionalização desses limites no orçamento, como referências técnicas centrais da **Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual**. Essa agenda representou uma inflexão relevante em relação ao modelo tradicional de elaboração orçamentária, ao fortalecer o planejamento prospectivo, a previsibilidade fiscal e a coerência entre planejamento, programação e execução da despesa pública.

A implementação dos marcos de médio prazo contou com apoio técnico da Fundação Getúlio Vargas no desenvolvimento dos modelos de projeção fiscal

utilizados no processo orçamentário. Esse trabalho abrangeu a modelagem das principais variáveis macroeconômicas e fiscais, como o Produto Interno Bruto, a arrecadação do ICMS, as transferências constitucionais, a exemplo do FPE, e as demais receitas e despesas agregadas. Paralelamente, a Secretaria do Planejamento (SEPLAN), por meio da Superintendência de Planejamento e Orçamento Estadual, promoveu a integração desses modelos à **Plataforma de Programação e Gestão Orçamentária - COTAS-PI**, incorporando-os aos fluxos de planejamento, programação e monitoramento orçamentário, de modo a assegurar sua utilização como referência técnica na elaboração da LDO e da LOA.

Figura 18 - Painel Fiscal (MFMP)

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: COTAS-PI, 2025.

Como desdobramento direto do MFMP, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026** passou a incorporar quadros consolidados de receitas e despesas agregadas, compatíveis com as projeções fiscais plurianuais, reforçando o papel da LDO como instrumento de articulação entre o planejamento estratégico, as regras fiscais vigentes e a elaboração do orçamento anual. Essa inovação contribuiu para ampliar a transparência das escolhas públicas e para explicitar, de forma antecipada, os limites fiscais que condicionam a atuação governamental nos exercícios subsequentes.

No âmbito da elaboração da **Lei Orçamentária Anual de 2026**, a operacionalização do MOMP materializou-se por meio da definição de tetos orçamentários desagregados por unidade orçamentária, estabelecidos previamente ao processo de detalhamento das propostas setoriais. Essa medida fortaleceu a disciplina fiscal, ampliou a previsibilidade do processo orçamentário e induziu as unidades a alinharem suas prioridades e programações aos limites fiscais de médio prazo, reduzindo pressões incrementais e ajustes ex post.

Adicionalmente, a ampliação do uso de marcadores orçamentários na Lei Orçamentária Anual de 2026 constituiu avanço relevante na qualificação da alocação e do monitoramento do gasto público, ao permitir a identificação de despesas estratégicas, políticas prioritárias e agendas transversais, em consonância com as diretrizes do MOMP. Esse mecanismo fortaleceu a capacidade analítica do orçamento e ampliou as possibilidades de acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Quadro 5 - Detalhamento dos Marcadores Orçamentários (LDO e LOA)

AGREGADOR DE DESPESAS	MARCADOR
DESPESAS OBRIGATÓRIAS	FOLHA DE PESSOAL
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
	SENTENÇAS JUDICIAIS
	SERVIÇO DA DÍVIDA
	EMENDAS IMPOSITIVAS
	PPP
	PODERES
ESSENCIAIS À MANUTENÇÃO	CONTAS PÚBLICAS
	OPERAÇÕES PLANEJADAS
	DEMAIS DESPESAS CORRENTES
	TERCEIRIZADO
DESPESAS PRIORITÁRIAS ESTRATÉGICAS	APORTE DE CAPITAL
	SUBVENÇÃO ECONÔMICA
	CONVÊNIOS
	CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIOS
	CONTRAPARTIDA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO
	INVESTIMENTOS COM RECURSOS PRÓPRIOS
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS
DEMAIS AÇÕES E PROJETOS	APOIO A PROJETOS E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS
	OUTROS RECURSOS VINCULADOS
	OUTRAS INVERSÕES FINANCEIRAS
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Fonte: SUPOE/SEPLAN, 2025.

Por fim, visando assegurar a institucionalização e a sustentabilidade das inovações introduzidas, a SUPOE promoveu a atualização da Plataforma de Programação e Gestão Orçamentária - COTAS-PI, incorporando os parâmetros, limites e lógicas operacionais decorrentes do MFMP e do MOMP. Essa integração tecnológica consolidou o alinhamento entre planejamento, programação, execução e monitoramento orçamentário, reforçando o controle fiscal ao longo do exercício e contribuindo para a consolidação de um modelo de gestão pública orientado por resultados, sustentabilidade fiscal e visão de médio prazo.

Figura 19 - Painel Orçamentário (MOMP)

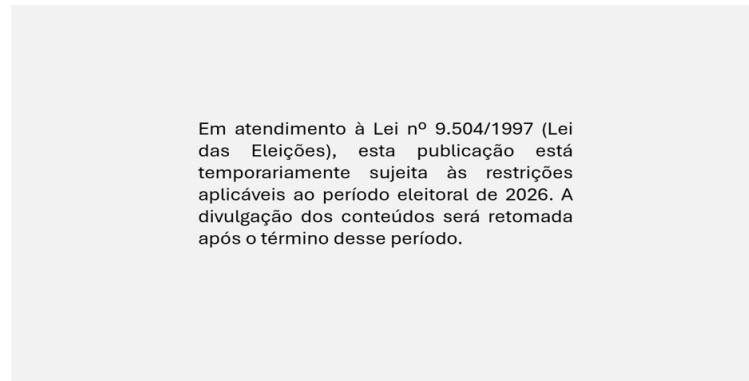
Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: COTAS-PI, 2025.

Manual de Gestão de Riscos Fiscais

Ao longo de 2025, a SUPOE desenvolveu e consolidou as bases institucionais e metodológicas da gestão de riscos fiscais no Estado do Piauí, tendo como referência central o Manual de Gestão dos Riscos Fiscais, elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O Manual orienta o processo de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento contínuo dos riscos fiscais, estruturando a gestão de riscos como instrumento permanente de governança fiscal e de apoio à tomada de decisão no âmbito do planejamento e do orçamento públicos.

Figura 20 - Manual de Gestão de Riscos Fiscais disponível no site da SEPLAN



Fonte: Site da SEPLAN, 2025.

Como parte desse esforço, foi realizado o Diagnóstico de Maturidade Fiscal, no âmbito da parceria FIPE/PNUD, com o objetivo de avaliar o estágio de desenvolvimento institucional do Estado em relação à gestão fiscal e à capacidade de gerenciamento dos riscos. Os resultados do diagnóstico subsidiaram o aprimoramento do modelo adotado, orientaram a priorização das ações implementadas e permitiram a definição de uma trajetória estruturada de evolução da governança fiscal, com foco na previsibilidade, na sustentabilidade das contas públicas e na integração dos riscos ao ciclo de planejamento e orçamento.

Os avanços metodológicos alcançados ao longo de 2025 contribuíram para a incorporação dos riscos fiscais e climáticos no processo orçamentário, com sua inclusão explícita na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026. Posteriormente, esses avanços foram reforçados pela edição da Lei Complementar nº 315/2025 – Lei de Qualidade e Sustentabilidade Fiscal, que consolidou, em nível legal, a prevenção e o gerenciamento sistemático dos riscos como pressupostos da sustentabilidade fiscal e da responsabilidade na gestão das finanças públicas estaduais.

Figura 21 - Integração da Gestão de Riscos Fiscais ao COTAS PI

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: COTAS-PI, 2025.

Complementarmente, foi elaborada a minuta do Decreto que institui a Política de Gestão de Riscos Fiscais do Estado do Piauí, com o objetivo de formalizar, em nível normativo, os princípios, diretrizes, competências e responsabilidades associadas ao processo de gerenciamento dos riscos fiscais. O Decreto estrutura a governança da política, define as instâncias envolvidas e consolida a gestão de riscos fiscais como processo contínuo, transparente e integrado à formulação da política fiscal estadual.

Diálogos pelo Piauí:

Iniciativa de governança colaborativa voltada ao fortalecimento do planejamento territorial e da participação social. O projeto estabeleceu canais diretos de interlocução com a sociedade civil nos 12 territórios de desenvolvimento do Estado, consolidando-se como o principal instrumento participativo utilizado para subsidiar a revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027. A iniciativa possibilitou a realização de diagnóstico territorial mais preciso, a identificação de gargalos e potencialidades locais e o alinhamento das políticas públicas às demandas efetivamente apresentadas pela população.

Figura 22 - Site do Diálogos pelo Piauí⁵

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: Site do Diálogos pelo Piauí, 2025.

A metodologia adotada teve como foco central o planejamento territorial integrado e a democratização da participação social, com vistas ao fortalecimento da gestão participativa e à consolidação de um modelo de planejamento colaborativo entre Estado e sociedade. As atividades foram desenvolvidas no período de abril a novembro de 2025 e compreenderam a realização de oficinas territoriais, plenárias e ações de escuta qualificada, estruturadas com suporte técnico e metodológico da Diretoria de Planejamento da Secretaria do Planejamento (SEPLAN).

Figura 23 - Oficina do Diálogos pelo Piauí

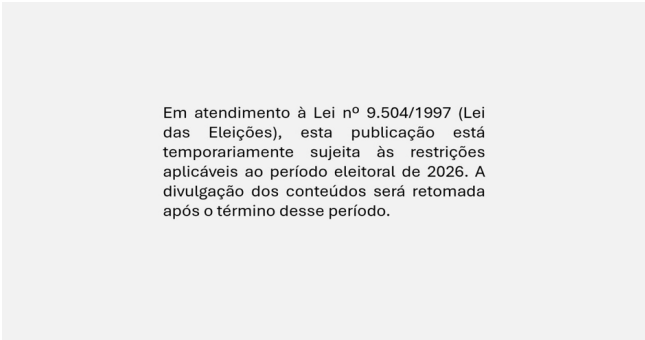
Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: SUPOE/SEPLAN, 2025.

⁵ Acessível em: <https://dialogos.seplan.pi.gov.br/>

Como resultados, o projeto abrangeu a totalidade dos 12 territórios de desenvolvimento do Estado, mobilizando 7.053 participantes inscritos ao longo do processo participativo. As atividades resultaram na formulação de 1.004 propostas apresentadas pela sociedade, das quais 421 foram priorizadas e incorporadas ao processo de planejamento estratégico estadual, contribuindo diretamente para a revisão e qualificação das diretrizes do PPA 2024–2027.

Figura 24 - Plenária do Diálogos do Piauí



Fonte: SUPOE/SEPLAN, 2025.

O Diálogos pelo Piauí destacou-se como ação estruturante da gestão estadual ao fortalecer o planejamento territorial por meio da escuta ativa, qualificada e institucionalizada da população. A criação e consolidação de espaços participativos permanentes nos 12 territórios de desenvolvimento permitiram a transformação das demandas sociais em propostas tecnicamente estruturadas e territorializadas, conferindo maior precisão, legitimidade e efetividade às diretrizes do planejamento governamental.

Quadro 6 - Propostas construídas por Território

TERRITÓRIO	QUANTIDADE DE PROPOSTAS CONSTRUÍDAS
Carnaubais	92
Chapada das Mangabeiras	78
Chapada Vale do Itaim	80
Cocais	105
Entre Rios	92

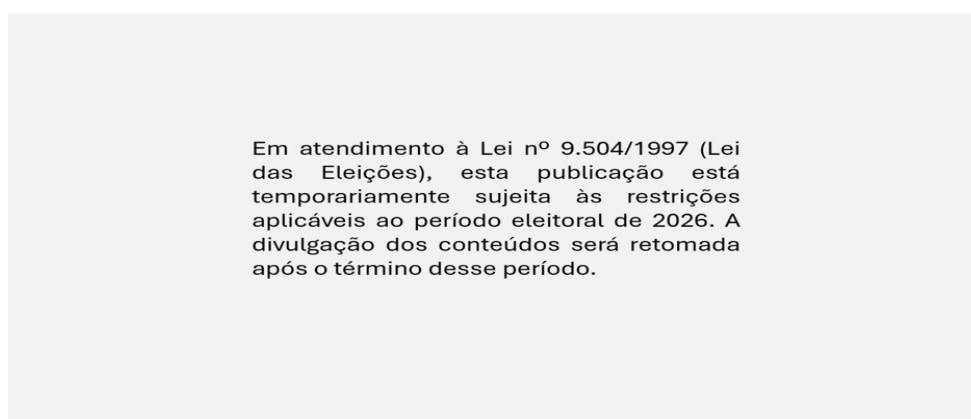
Planície Litorânea	92
Serra da Capivara	81
Tabuleiros do Alto Parnaíba	69
Vale do Canindé	74
Vale do Rio Guaribas	82
Vale do Sambito	82
Vale dos Rios Piauí e Itaueira	77
TOTAL	1004

Fonte: SUPOE/SEPLAN, 2025.

Orçamento Participativo (OPA)

O Programa de Orçamento Participativo Digital do Estado do Piauí (OPA) tem como objetivo garantir à sociedade civil a participação direta na definição das prioridades que compõem o Orçamento do Estado, por meio da destinação de parcela dos recursos públicos a projetos e ações de interesse local, escolhidos em consulta direta à população dos municípios.

Figura 25 - Mutirão de cadastro e votação



Fonte: SUPOE, SEPLAN (2025)

O OPA inovou ao unir a participação das entidades comunitárias com a democracia direta, garantindo que cada cidadã e cidadão pudesse opinar sobre onde e como os recursos públicos deveriam ser aplicados. Entre 2023 e 2025 foram

totalizados 478 mil votos, resultando na seleção de 364 projetos que refletem necessidades reais dos municípios atendidos. Destaca-se o aumento crescente da participação popular, que saltou de 45.311 em 2023 para 273.890 em 2025.

Quadro 7 - Resumo das Edições do OPA

EDIÇÃO	PERÍODO	MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS	ENTIDADES CADASTRADAS	PROPOSTAS LANÇADAS	VOTOS VÁLIDOS	PROPOSTAS ELEITAS	ORÇAMENTO PREVISTO
OPA 1ª edição	2023–2024	Teresina, Parnaíba	223	571	45.311	88	R\$ 50.000.000
OPA 2ª edição	2024–2025	Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano	501	1.255	159.628	148	R\$ 65.000.000
OPA 3ª edição	2025–2026	Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano	564	1.311	273.890	128	R\$ 80.000.000
TOTAL	-	-	1.288	3.137	478.829	364	R\$ 195.000.000

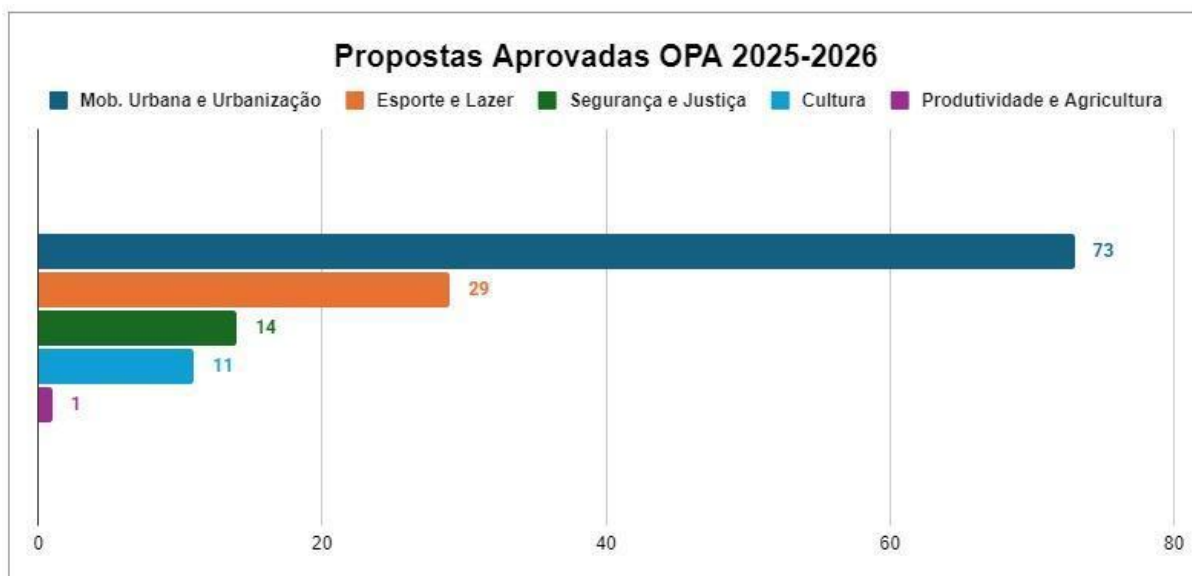
Fonte: SUPOE, SEPLAN (2025)

Em 2025, o Governo do Estado destinou recursos do OPA aos municípios de Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri e Floriano, fortalecendo a escuta cidadã e a territorialização das decisões orçamentárias. O programa contempla demandas de comunidades urbanas e rurais, representadas por entidades locais, como associações de moradores e conselhos comunitários, além de assegurar a participação direta da população na escolha das obras e dos serviços que passam a integrar o orçamento anual do Estado.

Na terceira edição (OPA 2025–2026), o programa alcançou maior maturidade e engajamento social, com 564 entidades cadastradas, 1.311 propostas apresentadas, 273.890 votos válidos e 128 propostas eleitas. O orçamento eleito foi ampliado para R\$ 87.589.142,50, sendo R\$ 53.314.673,00 destinados a Teresina, R\$ 15.242.295,00 milhões a Parnaíba R\$ 6.136.100,00 para Picos, R\$ 6.621.074,50 para Piripiri e R\$ 6.275.000,00 para Floriano.

Das **128 propostas** aprovadas, a área temática mais votada pela população foram: Mobilidade Urbana e Urbanização, com 57,03% das propostas eleitas; Esporte e Lazer 22,66%; Segurança e Justiça 10,94%; Cultura 8,59%; Produtividade e Agricultura com 0,78%.

Gráfico 6 – Propostas Aprovadas OPA 2025 – 2026.



Fonte: Elaboração própria da SUPOE/SEPLAN, 2026.

As propostas aprovadas no OPA 2025 - 2026 serão executadas no exercício de 2026 e estão incluídas na Lei de Orçamento Anual (LOA-PI).

Utilizando um modelo acessível e inclusivo, o OPA aproximou tecnologia e participação popular, permitindo a votação por diferentes plataformas e assegurando que moradores das zonas urbana e rural, com ou sem acesso à internet, pudessem participar do processo. Dessa forma, o Estado ampliou o alcance da escuta social e fortaleceu o protagonismo da população nas decisões públicas.

Para garantir ampla participação, o Governo do Estado ofereceu apoio direto às entidades proponentes, com salas de atendimento, materiais de divulgação e pontos presenciais de votação em locais de fácil acesso, por meio das Vans do OPA. Essa estrutura assegurou que mais pessoas pudessem conhecer as propostas e exercer seu direito de participação.

Figura 26 - Vans do OPA

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: SUPOE, SEPLAN (2025)

Neste sentido, o OPA representa um marco na construção de políticas públicas mais democráticas, inclusivas e eficientes, e reafirma o compromisso do Governo do Piauí com a escuta ativa da população e a valorização da participação social na gestão pública.

Monitoramento Estratégico

Em 2025, a Superintendência de Monitoramento Estratégico - SUME consolidou a cultura de "foco em resultados" no Governo do Piauí, atuando em duas frentes: **metodológica** (ensinando os órgãos a gerenciar melhor seus projetos) e a **tecnológica** (modernizando os sistemas de controle).

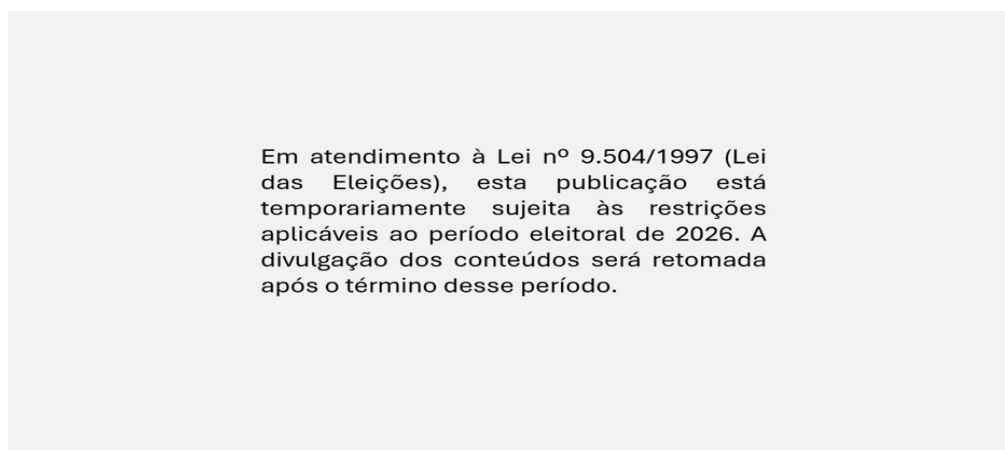
Começando pela frente metodológica por meio do Modelo de Governança Pública Avançada (MGE), ao longo do ano foram realizados 42 encontros setoriais com secretarias responsáveis por compromissos pactuados no Plano de Gestão, com foco no destravamento de entraves operacionais, no alinhamento de prioridades estratégicas e na qualificação das entregas. Como resultados diretos, foram elaborados 84 instrumentos analíticos, sendo 42 atas técnicas e 42 briefings estratégicos, com registros sistematizados de evidências, decisões, pendências críticas e encaminhamentos, além do desdobramento de 61 metas e indicadores estratégicos.

Para mensurar a evolução dessa organização interna, criou-se o **Índice de Maturidade de Governança (IMG)**. Esse indicador inédito avaliou **38 secretarias**,

gerando um painel interno de resultados que permitiu identificar quais órgãos precisavam de maior suporte técnico para aprimorar suas rotinas de gestão.

Para garantir que esses resultados se transformassem em aprendizado coletivo entre os gestores, foi instituído o "**Papo de Governança**". Na primeira edição, foi abordado o tema "Os bastidores da Gestão de Resultados no Piauí"; na segunda, "Governo, Economia e Sociedade Digital"; e, na terceira, "Gestão Baseada em Evidências e Cultura de Indicadores".

Figura 27 - Evento "Papo de Governança"



Fonte: SUME/SEPLAN, 2025.

Na frente tecnológica, a SEPLAN modernizou o **Sistema de Monitoramento de Ações Estratégicas (SIMO)**, tornando-o mais visual, integrado e seguro. As principais entregas foram:

- **Integração Financeira (SIMO + SIAFE):** Reforçamos a conexão automática entre o monitoramento físico (obra) e o financeiro (pagamento). A manutenção mensal corrigiu inconsistências em empenhos e liquidações, garantindo que o dado da obra bata com o dado do banco.
- **Transparência Visual:** Implementamos mapas interativos que "iluminam" trechos concluídos de rodovias e pavimentação, facilitando a fiscalização visual das entregas.
- **Padronização Jurídica:** Criamos a geração automática de Termos de Recebimento (Definitivo e Provisório) dentro do sistema, seguindo padrões da Controladoria-Geral (CGE), o que aumentou a conformidade legal.
- **Gestão de Investimento Público (GIP):** Iniciamos a estruturação de um

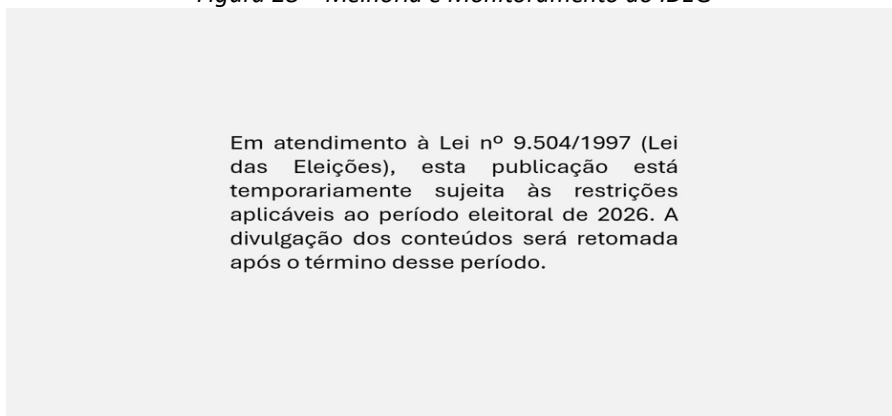
Banco de Projetos integrado, onde todas as aprovações e validações passarão a ocorrer digitalmente dentro do SIMO.

Somado a isso, no processo de aprimoramento dos painéis de obras e gestão do SIMO, foram implementadas melhorias relevantes com foco no fortalecimento do acompanhamento gerencial, na qualificação das informações registradas no sistema e no apoio direto à tomada de decisão

No Painel de Obras, foi criada a aba específica “Aguardando Orçamento”, permitindo a identificação clara das obras que ainda não possuem orçamento definido. No Painel de Inconsistências, foi desenvolvido um instrumento gerencial voltado à identificação sistemática dos principais erros de alimentação do SIMO.

Além disso, foi implementado o Painel de Balanço 2025, estruturado com atualização diária, filtros dinâmicos e possibilidades de agrupamento das informações. Esse painel passou a ser um instrumento de apoio direto à elaboração do Relatório de Balanço de Entregas, auxiliando tanto na identificação dos quantitativos por eixos quanto no destaque de obras relevantes.

Figura 28 - Melhoria e Monitoramento do IDEG



Fonte: SIMO, 2025

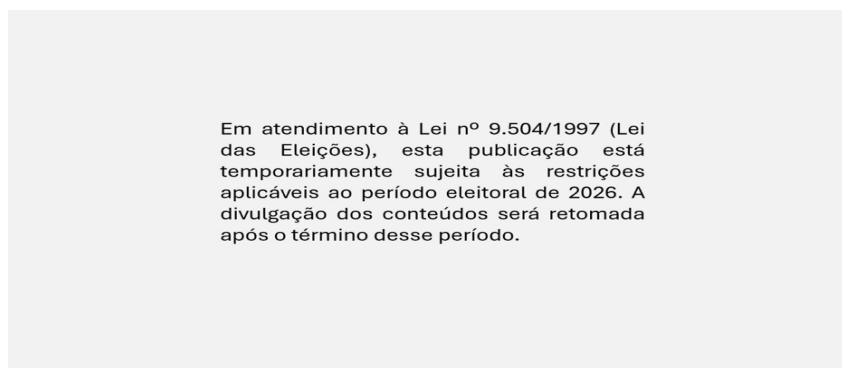
Pactos pelo Piauí

O Programa Pactos pelo Piauí é uma iniciativa do Governo do Estado voltada à aceleração do desenvolvimento por meio de parcerias estratégicas com os municípios. A Superintendência de Monitoramento Estratégico participou de forma ativa e continuada desde a concepção do programa, incluindo a organização do evento de apresentação aos prefeitos eleitos em 2024 e a abertura oficial em 2025, realizada no âmbito do 30º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias.

Ao longo do período, a SUME, através das respectivas diretorias, atuou na articulação institucional, no apoio técnico aos gestores municipais para adesão aos instrumentos do programa e na participação em agendas estratégicas, como o Diálogos pelo Piauí e o Pacto pelas Crianças, promovendo esclarecimentos operacionais e o fortalecimento da cooperação entre Estado e municípios.

A segunda fase do Pactos pelo Piauí contou com a estruturação de 36 indicadores aplicáveis aos 224 municípios piauienses e adesão formal de 177 municípios aos pactos. A atuação envolveu o mapeamento e a análise de indicadores estratégicos, utilizados para orientar os municípios quanto aos pactos mais adequados às suas realidades, a partir da identificação de vulnerabilidades e desempenhos negativos. Paralelamente, foram promovidos diálogos diretos com prefeitos e equipes técnicas municipais, com o objetivo de apresentar a política, esclarecer seus objetivos e procedimentos, bem como articular os trâmites necessários à adesão.

Figura 29 - Evento Segunda Fase do Pactos pelo Piauí



Fonte: SEGOV, 2025.

Para gerenciar essa complexa rede de compromissos e garantir que os resultados cheguem rápido ao cidadão, a SEPLAN implementou um projeto piloto com duração de 12 meses para o uso da **Plataforma Metaggov**. A ferramenta tem como objetivo assegurar o monitoramento rigoroso de prazos, a validação de evidências e o acompanhamento real das metas firmadas.

A SUME foi responsável pela validação do processo e pela capacitação de equipes estaduais para utilização da plataforma de monitoramento, além de prestar

apoio técnico às equipes setoriais na estruturação do planejamento operacional da política, aspecto também desafiador, que foi contornado com as orientações técnicas para o planejamento de políticas públicas. O monitoramento sistemático dos pactos encontra-se em andamento, sob acompanhamento técnico da unidade.

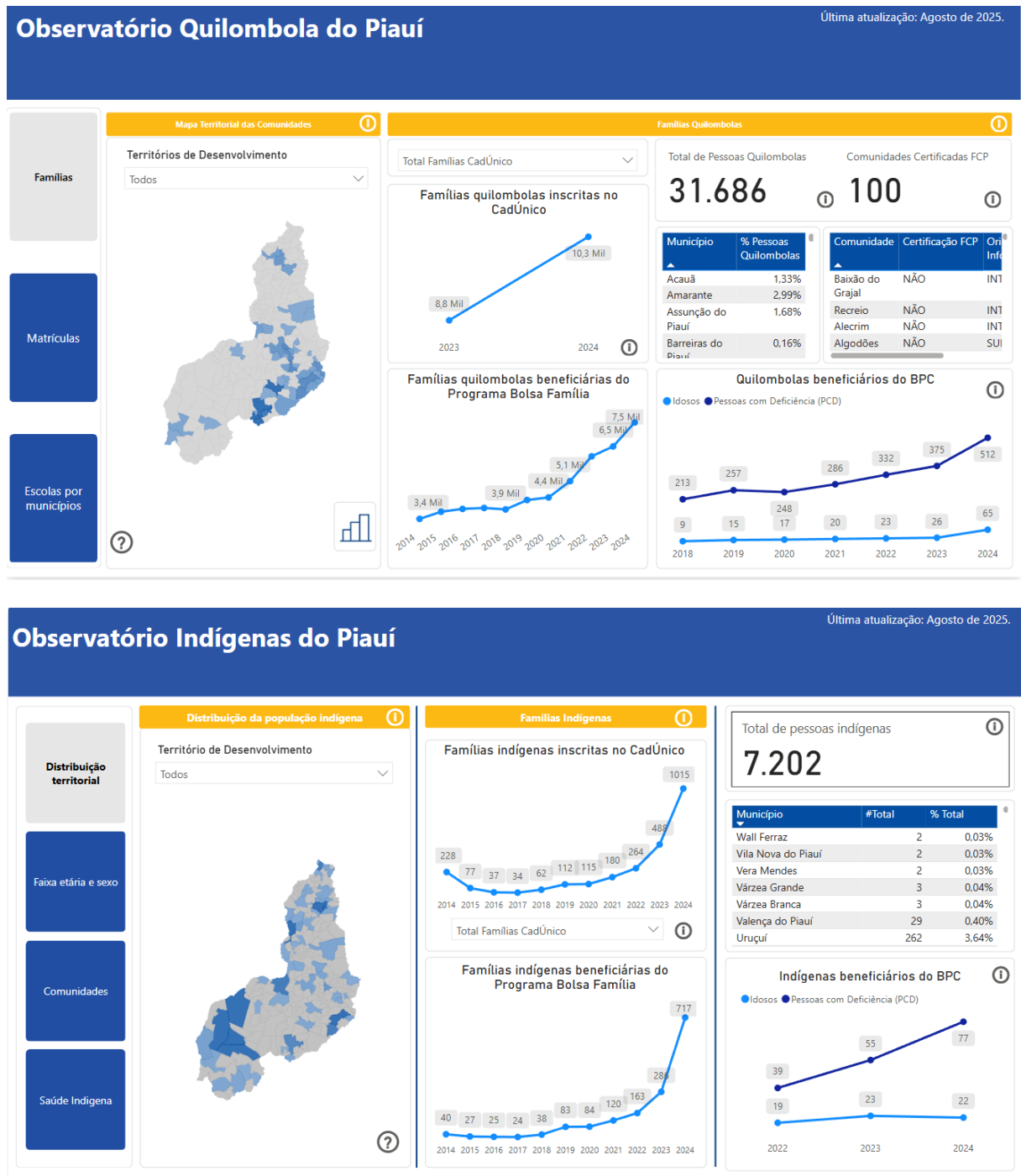
- Para informações mais detalhadas, acesse: <https://pactospelopiaui.pi.gov.br/>

Dados.PI

A plataforma [Dados.PI](#)⁶, lançada em 2024, de forma conjunta com a SUME e a Diretoria de Tecnologia e Informação - DITI, continua sendo aperfeiçoada e atualizada. Em 2025, foram lançados 2 observatórios temáticos (Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas), além da revisão textual e técnica de mais de 80 painéis, visando à melhoria da qualidade da informação e da comunicação de dados públicos.

⁶ Acesse a plataforma em: <https://dados.seplan.pi.gov.br/>

Figura 30 - Observatório Quilombola e Indígenas do Piauí



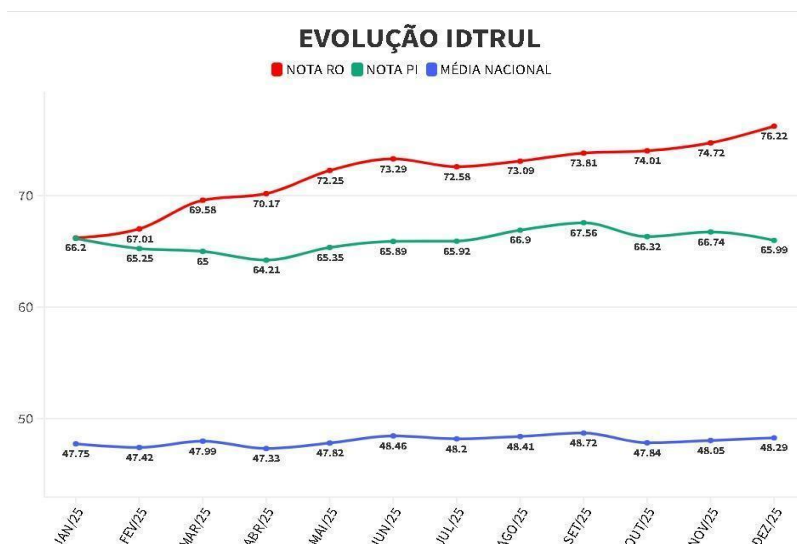
Fonte: DADOS-PI, 2025.

Monitoramento de convênios e repasses

No âmbito do monitoramento de convênios e repasses, foi promovido o aprimoramento do controle de inadimplência, assegurando a estrita observância ao art. 78 da Instrução Normativa TCE/PI nº 05/2023, de modo que novos repasses ocorressem exclusivamente mediante situação de regularidade.

Além disso, em decorrência das ações de monitoramento conduzidas pela Superintendência de Monitoramento Estratégico, por meio da Diretoria de Gestão de Convênios e Repasses (DGCR), o Estado do Piauí consolidou uma trajetória ascendente no Índice de Desempenho da Transferência de Recursos da União (IDTRU-DL), superando a média nacional. Essa atuação integrada foi determinante para o avanço observado, ao promover o monitoramento preventivo, o apoio técnico aos órgãos executores e a articulação institucional com a CAIXA e os ministérios setoriais, refletindo em maior eficiência na captação e na execução dos recursos federais.

Gráfico 7 - Evolução IDTRU-DL em 2025



Fonte: SUME, 2025

Ao todo, a equipe gerenciou uma carteira de **399 instrumentos** (entre convênios federais e termos estaduais), monitorando um volume financeiro total de

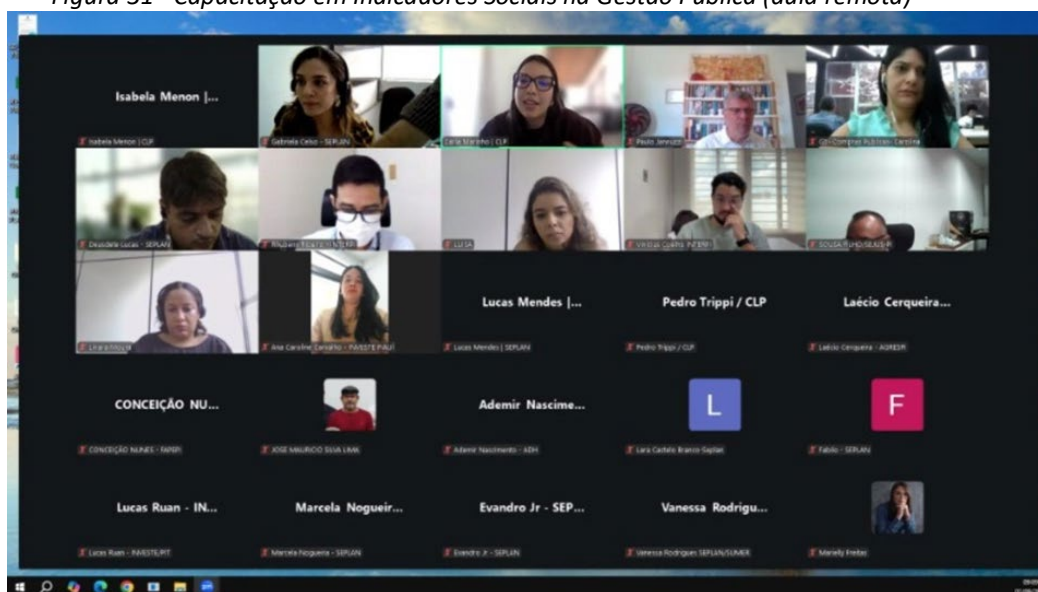
R\$ 4,38 bilhões. Esse montante reflete a eficiência na captação e execução, assegurando que os recursos cheguem efetivamente à ponta.

Para além disso, a DGCR atuou na Publicação do Decreto nº 23.850/2025, que atualiza o Decreto nº 17.083/2017, com o objetivo de aprimorar o marco normativo estadual das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014. A atualização, conduzida pela Diretoria de Gestão de Convênios e Repasses (DGCR), vinculada a esta SUME, promoveu a padronização de procedimentos, o fortalecimento dos critérios de seleção, o aumento da transparência e a modernização do regime jurídico das parcerias, assegurando maior segurança jurídica e a integração obrigatória à plataforma eletrônica oficial, além de institucionalizar o diálogo social por meio da criação do Conselho de Fomento e Colaboração (CONFOCO-PI).

Capacitações de Servidores em indicadores estaduais

Coordenação e articulação de capacitações com foco em indicadores estaduais, promovidas pelo Centro de Liderança Pública (CLP). As capacitações foram estruturadas em dois momentos complementares: (i) um momento voltado aos municípios, com ênfase no uso, análise e interpretação do Ranking de Competitividade dos Municípios como instrumento de apoio à gestão; e (ii) um momento direcionado aos servidores do Estado, com foco no fortalecimento de competências técnicas relacionadas ao uso de indicadores, monitoramento e gestão orientada por evidências.

Figura 31 - Capacitação em Indicadores Sociais na Gestão Pública (aula remota)



Fonte: SUME, 2025.

Figura 32 - Capacitação em Indicadores Sociais na Gestão Pública (aula presencial)



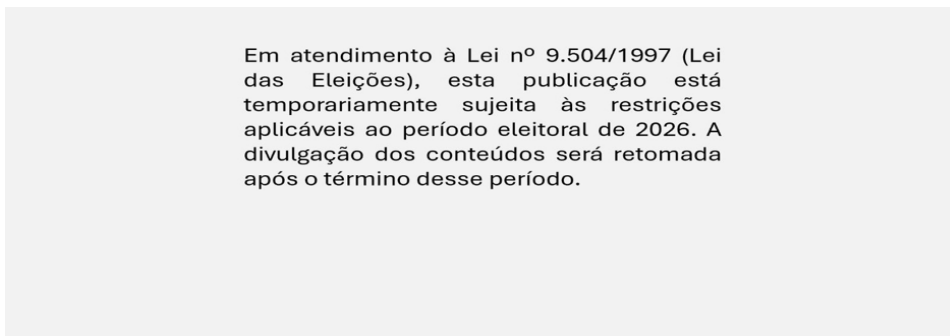
Fonte: SUME, 2025.

Balanço de Governo 2025

A SUME foi responsável pela coordenação do processo de consolidação das informações que subsidiaram a elaboração do Balanço de Governo de 2025, atuando na sistematização, validação e análise crítica dos dados encaminhados pelos órgãos setoriais. Coube à equipe da superintendência a elaboração e revisão dos textos, a compatibilização das informações, a verificação da consistência entre indicadores,

resultados e evidências, bem como a construção do mote institucional que orientou a narrativa do documento.

Figura 33 - Balanço de Governo 2025⁷



Fonte: SUME, 2025.

Estudos socioeconômicos

O CIET (anteriormente CEPRO) consolidou-se como o núcleo de inteligência de dados do Estado, provendo indicadores fundamentais e diagnósticos inéditos. Sua atuação estruturou-se em quatro frentes estratégicas: social, econômica, territorial e institucional. Ao longo de 2025, o centro coordenou a elaboração de 143 estudos e pesquisas — entre publicações externas publicadas na página da Secretaria e documentos técnicos para subsídio à tomada de decisão —, distribuídos em relatórios, boletins e informes especializados.

Dentre os estudos cabe destacar:

- **Relatório Diagnóstico da Análise Executiva de Resultados:**

Teve como objetivo analisar de forma estruturada os resultados associados à Avaliação Executiva de Resultados, reunindo indicadores de resultado do PPA e análises interpretativas que subsidiaram o acompanhamento do desempenho governamental e o aperfeiçoamento do ciclo de planejamento. O ciclo de 2025 representa um avanço qualitativo em relação ao ano anterior, incorporando aperfeiçoamentos metodológicos, maior aprofundamento analítico e fortalecimento da cooperação interinstitucional. Os resultados evidenciam progressos significativos,

⁷ Acesse em: <https://drive.pi.gov.br/s/ao2zwnPijTgAZgz>

especialmente na melhoria das rodovias estaduais, na expansão dos serviços digitais e no aumento da eficiência e acessibilidade das políticas públicas.

Figura 34 - Relatório diagnóstico AER 2025



Fonte: CIET, 2025.

● **Relatório PIB Estadual e Municipal**

Desenvolvido no âmbito de projeto coordenado pelo IBGE, em cooperação técnica com a SEPLAN, o estudo apresenta as estimativas do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e municipal, calculadas com base em metodologia padronizada em todo o país. Em razão do processo de consolidação das bases estatísticas, as estimativas são divulgadas com defasagem de aproximadamente dois anos — assim, em 2025 foram publicados os resultados referentes ao ano de 2023. As informações subsidiam o planejamento governamental, a formulação de políticas públicas e a definição de estratégias de desenvolvimento socioeconômico.

Figura 35 - Banner de divulgação PIB Estadual e Municipal 2022 e 2023



Fonte: CIET, 2025

- **Relatório PIB dos Territórios de Desenvolvimento**

Estudo que sistematiza o PIB em escala territorial, evidenciando a participação dos municípios na dinâmica econômica de cada Território de Desenvolvimento. O produto apoia o planejamento territorial participativo e a formulação de estratégias de desenvolvimento regional.

Figura 36 - Capa da apresentação PIB dos Territórios de Desenvolvimento

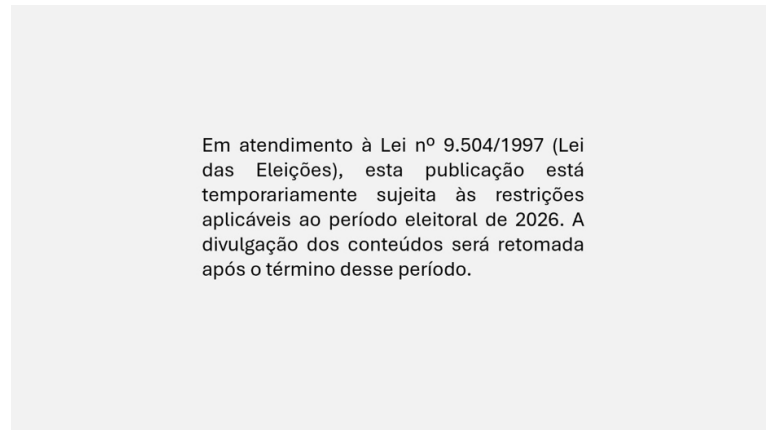


Fonte: CIET, 2025.

- **Relatório Mensal do Emprego Formal no Piauí**

Produto analítico que caracteriza o emprego formal no estado, com base nos dados do Novo Caged. O relatório subsidia o acompanhamento do mercado de trabalho formal e apoia a formulação e avaliação de políticas públicas estaduais.

Figura 37 - Banner de divulgação relatório mensal do emprego formal no Piauí



Fonte: CIET, 2025.

- **Boletim ambiental Indicadores de Saneamento Escolar e Desmatamento no Piauí**

Este boletim apresenta uma análise sobre o saneamento básico nas escolas públicas e o desmatamento no Cerrado Piauiense. A publicação reúne indicadores sobre o abastecimento de água e o esgotamento sanitário nas escolas.

Figura 38 - Boletim ambiental Indicadores de Saneamento Escolar e Desmatamento no Piauí.



Fonte: CIET, 2025.

- **Boletim Social das Mulheres Piauiense de 2025**

Teve como objetivo mostrar a realidade social da mulher piauiense, destacando avanços decorrentes da ampliação das políticas públicas para mulheres no estado, além de perspectivas e desafios diante de dados e indicadores sociais. Conta com contextualização acerca das políticas públicas desenvolvidas para mulheres.

Figura 39 - Boletim social



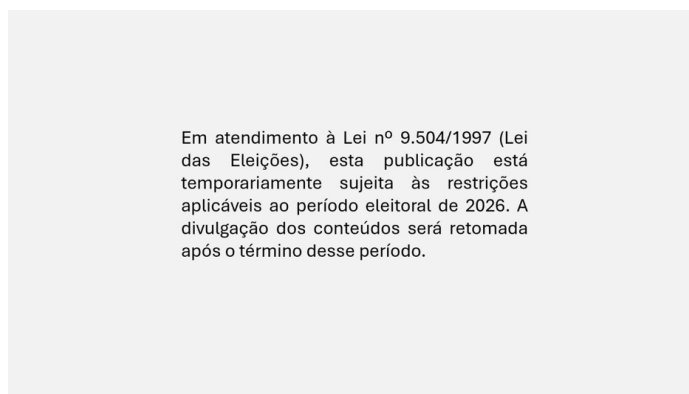
Fonte: CIET, 2025.

- **Boletim Analítico da Conjuntura Econômica**

Produto de análise que monitora o desempenho dos setores e atividades estratégicas da economia piauiense, a partir de indicadores de curto e médio prazo. Estudo apresenta a dinâmica recente e a evolução interanual da economia estadual.

⁸ Acesse em: https://www.seplan.pi.gov.br/wp-admin/admin-ajax.php?juwpfisadmin=false&action=wpfd&task=file.download&wpfd_category_id=152&wpfd_file_id=48266&token=&preview=1

Figura 40 - Banner de divulgação boletim analítico da conjuntura econômica



Fonte: CIET, 2025.

- **Informes Socioeconômicos**

Produtos de divulgação analítica que apresentam, de forma sintética e acessível, os principais indicadores socioeconômicos do estado. Reúnem informações atualizadas sobre conjuntura, mercado de trabalho e desenvolvimento regional.

Figura 41 - Informes socioeconômicos



Fonte: CIET, 2025.

- **Diagnóstico Equidade**

O Projeto EquiDados mapeia o perfil dos(as) servidores(as) públicos(as) estaduais a partir de 1.168 respostas, considerando raça, gênero, orientação sexual e vínculo funcional. O diagnóstico revela a sub-representação de pessoas negras em cargos de gestão, apesar de serem maioria entre os respondentes.

Figura 42 - Diagnóstico Equidados 2025⁹

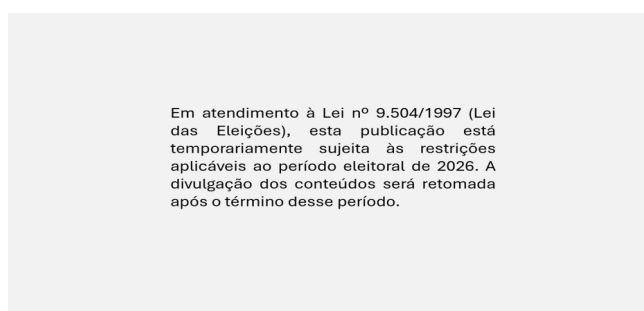


Fonte: CIET, 2025.

- **Guia de Planejamento Urbano**

Documento técnico orienta gestores municipais na organização, diagnóstico e planejamento das cidades piauienses. O guia reúne, em um único documento, diretrizes, instrumentos, legislações, modelos práticos e metodologias destinadas a apoiar os municípios na formulação de políticas urbanas mais eficazes, articulando desde a estruturação do território municipal até formas de planejamento participativo que reforcem a governança urbana.

Figura 43 - Guia de planejamento urbano¹⁰



Fonte: CIET, 2025.

⁹ Acesse em:

https://docs.google.com/document/d/1FxsRyIVvivQ_bvv7VQPI1f0Y1YVZkQQUZLxSBHmdslQ/edit?usp=sharing

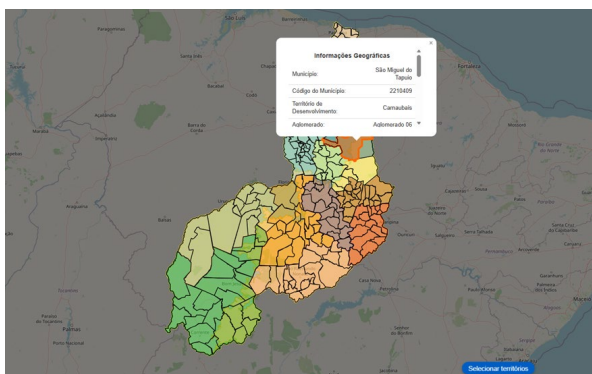
¹⁰ Acesse em: <https://ccae-cordenacaocartografia.github.io/PiauiGeoMap/>

- **Mapas Temáticos**

- **Piauí GeoMap**

Ferramenta online interativa que disponibiliza, de forma especializada, as principais informações municipais e territoriais do Piauí. Permite acesso rápido a indicadores socioeconômicos e territoriais integrados em ambiente georreferenciado.

Figura 44 - Mapa dos territórios com Revisão dos limites municipais

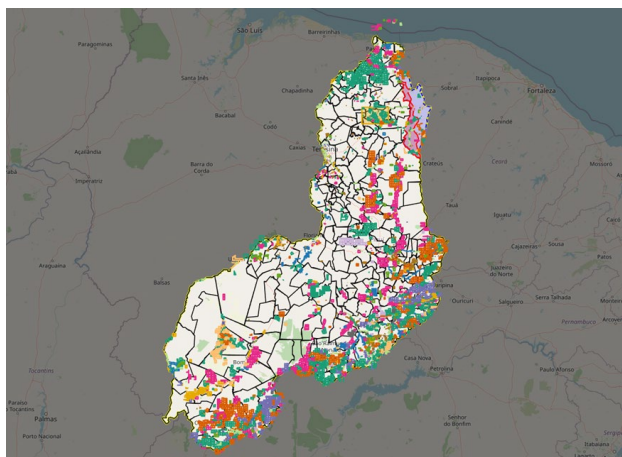


Fonte: CIET, 2025.

- **Mapa Interativo de Mineração**

Ferramenta de visualização georreferenciada que apresenta, por camadas, a distribuição da atividade mineral no estado. Permite identificar, por município e Território de Desenvolvimento, a produção e os principais equipamentos e acessos logísticos para o escoamento de minerais.

Figura 45 - Mapa interativo de mineração



Fonte: CIET, 2025.

- **Parceria SEPLAN - PNUD**

Como continuidade das atividades em parceria com o PNUD para apoio a projetos de desenvolvimento sustentável foram desenvolvidos os seguintes relatórios:

a) Relatório Voluntário Local - RVL, no qual apresenta a partir de indicadores e métricas avaliadas pela Agenda 2030 da ONU, como o estado avançou no alcance dos diferentes ODS. O relatório enfatiza o papel que o estado tem desempenhado por meio de uma estratégia territorial para a implementação transversal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com destaque para iniciativas de combate à pobreza, redução das desigualdades, fortalecimento da economia verde e geração de energias renováveis; **b) Relatório “Medidas de Desenvolvimento Humano e Políticas Públicas no Piauí”**¹¹, no qual mostrou que o IDH do Piauí cresceu de 0,480 para 0,710 entre 2000 e 2020, aproximando-se da média nacional e alcançando o nível de “alto desenvolvimento humano”. O documento atribui a ascensão a investimentos em educação, que mais que dobraram, e melhorias na saúde, com elevação na expectativa de vida.

¹¹ Link de acesso do documento na íntegra: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/relatorio-detalha-forte-ascensao-de-idh-do-piaui-entre-2000-e-2020>

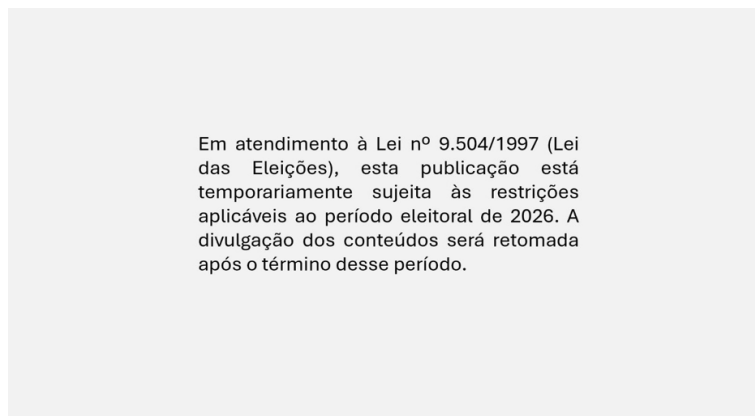
Com o escopo de fortalecer a produção de dados desagregados por territórios foi o lançamento do Edital dos Núcleos de Inteligência Territorial - nº. 06/2025¹², em parceria com a FAPEPI. Os NITs têm como missão integrar pesquisadores e pesquisadoras, grupos de pesquisa, instituições de ensino e pesquisa, gestores públicos e comunidades locais, promovendo a produção de conhecimento territorializado e aplicado às demandas estratégicas do Estado. Com o objetivo de fomentar a produção científica e promover o desenvolvimento socioeconômico nos 12 territórios de desenvolvimento do Piauí, o edital, nesta primeira fase, selecionará propostas para a criação dos quatro primeiros Núcleos de Inteligência Territorial e o valor de investimento de R\$3,28 milhões.

As propostas dos NITs devem ser coordenadas por pesquisadores vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES) ou Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) públicas sediadas no Piauí. A formação das equipes prevê, obrigatoriamente, a participação de mestres e doutores, além da inclusão de estudantes de graduação, estimulando a iniciação científica voltada a problemas reais dos territórios.

Como continuidade da parceria estratégica com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, e visando qualificar o corpo técnico estadual para a estruturação do Centro de Inteligência em Economia em Economia e Estratégia Territorial (CIET), em 2025, a SEPLAN lançou o curso de Pós-Graduação em Governança Inteligente para o Desenvolvimento Local e Regional.

¹² Link de acesso do edital: <https://www.seplan.pi.gov.br/seplan-e-fapepi-lancam-edital-dos-nucleos-de-inteligencia-territorial-nit-periodo-de-submissao-de-propostas-comeca-amanha/>
<https://www.seplan.pi.gov.br/edital-fortalece-inteligencia-territorial-com-investimentos-de-r-328-milhoes-no-piaui/>

Figura 46 -Registro fotográfico



Fonte: CIET, 2025.

Captação de recursos

Apesar das dificuldades enfrentadas, o Estado obteve resultados expressivos na captação de recursos por meio de operações de crédito internas e externas, coordenadas pela SUTEF/SEPLAN-PI. No âmbito das operações de crédito interna, dois contratos de financiamento foram assinados, sendo o primeiro com o Banco do Brasil no valor de 2,980 bilhões de reais autorizado pela Lei Estadual nº 8.693/2025 e outro financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 150 milhões de reais, sendo subdivido em R\$ 126.398.441,14 reembolsáveis e R\$ 23.601.558,86 não reembolsáveis por meio da iniciativa Sertão Vivo autorizada pela Lei Estadual 8.434/2024. A captação desses recursos permitirão ao estado cumprir a meta de 10 bilhões de investimentos até 2026 por meio do Programa Pró Piauí 10.

Desse modo, em 2025 foram realizados R\$ 3,213 bilhões em investimentos, correspondentes a 90% do aporte previsto pelo programa. Desse total, 62,42% (R\$ 2,028 bilhões) foram destinados à infraestrutura, com ações de mobilidade urbana, transportes e infraestrutura hídrica. O eixo Transformação Social recebeu R\$ 806 milhões (24,82%), aplicados em segurança pública, justiça, saúde, educação e desenvolvimento social. Já o eixo Desenvolvimento Econômico concentrou R\$ 414

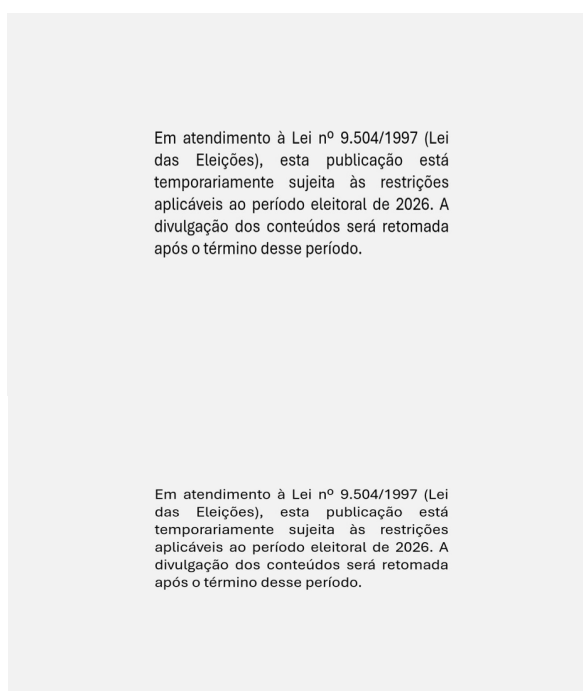
¹³ Referente ao montante empenhado em 2025 com recursos do estado (Operações de Crédito + Tesouro + Fundos do Estado + Outras Transferências de Convênios ou Congêneres da União). Consulta realizada em 06/01/2025. Esses valores podem sofrer variação até o fechamento contábil do exercício de 2025.

milhões (12,77%), voltados ao fortalecimento de empresas estatais, desenvolvimento rural, turismo e transformação digital.

No âmbito das operações de crédito externa, dois novos contratos de financiamento também foram efetivados, sendo eles:

i) **Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social - Fase 2**, que conta com apoio técnico e financeiro do BIRD e entrou em efetividade em março de 2025. O Pilares II tem como objetivo principal fortalecer a política da agricultura familiar nos territórios da Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras e investirá U\$ 62,5 milhões, sendo U\$ 50 milhões de financiamento do Banco Mundial e o restante do valor de contrapartida do Estado. Em 2025, já foram desembolsados U\$ 1,7 milhão.

Figura 47 - Reuniões presenciais nos territórios



Fonte: SUTEF, 2025.

ii) **Piauí Verde e Sustentável (PVS)**, que contará com apoio técnico e financeiro da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para fortalecer ações de turismo sustentável no estado e tem foco especial na qualificação das unidades estaduais de conservação. O PVS teve a minuta contratual negociada no mês de

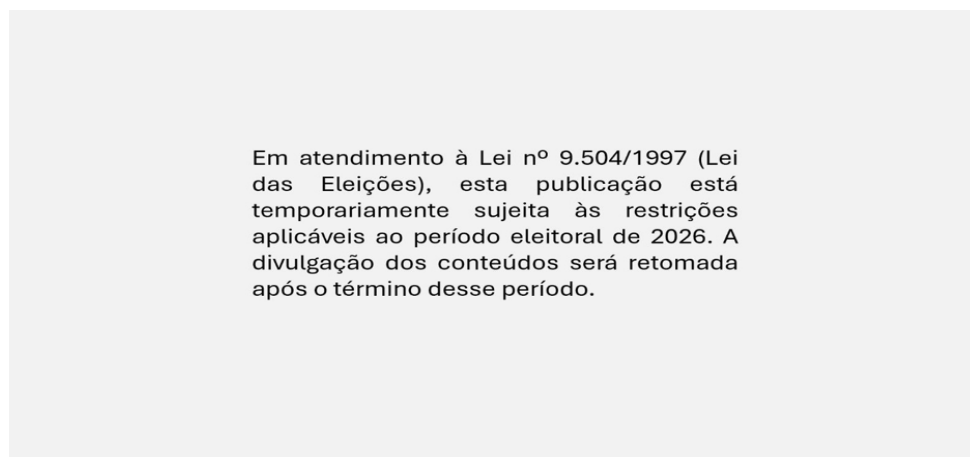
julho de 2025 e tem previsão de assinatura até meados de 2026. O PVS investirá € 47,75 milhões de euros, sendo € 39 milhões de financiamento da AFD.

Para além desses projetos, outros projetos também foram executados e tiveram desembolsos em 2025, embora tenham iniciado em anos anteriores, sendo eles:

i) Projeto Pilares de Desenvolvimento Humano - PDH: com desembolso de US\$ 7,65 milhões de dólares para fortalecer os sistemas de vigilância em saúde, proteção social e prestação de serviços de emprego para beneficiar a população vulnerável do Estado.

Durante o ano de 2025 foram realizadas duas Missões de Supervisão pelo BIRD, nos meses de março e novembro.

Figura 48 - Reunião técnica durante a visita à Sede da DIVISA. Missões de Supervisão com participação da SEPLAN, SESAPI e BIRD



Fonte: SUTEF, 2025.

Destacam-se as seguintes ações ao longo de 2025:

- a) Pagamento do Auxílio Alimentação às famílias atingidas pelas chuvas e pela seca, no âmbito da SASC, no total de R\$ 3,47 milhões, alcançando 8.664 famílias em 116 municípios;
- b) Pagamento do Cartão Social, no âmbito da SASC, no total de R\$ 87,4 mil para 437 famílias em 16 municípios;
- c) Pagamento do auxílio financeiro Bolsa Formação do Programa Qualifica Piauí, pela SETRE, no total de R\$ 71,2 mil, beneficiando 178 pessoas.

- d) Contratação, pela SESAPI, do dispositivo Fluorômetro GSP (teste do pezinho), no total de R\$ 2,5 milhões;
- e) Envio para a Comissão de Licitação da SEPLAN os processos para aquisição de mobiliários, ar-condicionado e geradores, equipamentos de TI, além de aquisição e locação de veículos diversos, para beneficiar SEPLAN, SASC, SESAPI e SETRE, no total de R\$ 28 milhões.

ii) Projeto Piauí Sustentável e Inclusivo - PSI - USD 10.500.000,00 desembolsado pelo BID e USD 1.854.000,00 desembolsado pelo FIDA.

Foram desembolsados US\$ 12,1 milhões de dólares para fortalecimento da agricultura familiar nos territórios da Chapada Vale do Itaim, Entre Rios, Serra da Capivara, Vale do Canindé, Vale do Rio Guaribas, Vale do Sambito, Vale dos Rios Piauí e Itaueira, com destaque para as seguintes ações:

- assinatura de termos de cooperação para implantação de 500 cisternas por organizações sociais, além do avanço no processo de contratação de empresas para a construção de mais 4.345 cisternas.
- Finalização do processo de seleção de 217 associações de trabalhadores rurais para implantação de projetos produtivos que receberão, adicionalmente, serviços de assistência técnica sistemática (ATS). As empresas de ATS serão contratadas até fevereiro de 2026.
- No âmbito da política de regularização fundiária, 8.839 pessoas foram beneficiadas com títulos de propriedade da terra entregues pelo INTERPI.
- implantação de 7 estações agrometeorológicas que fornecerão informações voltadas para estabelecer o perfil climático e contribuir para ações de resiliência às mudanças climáticas.

No eixo de **Reestruturação parcial da dívida do Estado**, uma entrega fundamental foi o suporte técnico às renegociações de dívidas estaduais, conduzido em estreita parceria com a Superintendência de Gestão (SUGESPLAN). O trabalho resultou na conclusão imediata da repactuação de cinco operações junto ao Banco do Brasil, saneando um montante total de R\$ 4,9 bilhões. Adicionalmente, atuamos na

estruturação de contratos estratégicos previstos para 2026. Isso inclui o acompanhamento técnico de duas novas operações com o Banco do Brasil e, em âmbito internacional, de uma operação de crédito com o BIRD no valor de 58 bilhões de lenes. Vale ressaltar que esta operação externa já teve seus termos negociados com o Governo Federal e encontra-se em fase preparatória para a assinatura do contrato em 2026.

Cumprе ressaltar que o elevado impacto dessas reestruturações na governança e na política fiscal do estado, com a diminuição do dispêndio orçamentário com serviço da dívida, consolidando-se como uma resposta estratégica do Estado do Piauí para garantir a continuidade de sua política de investimentos públicos, assegurando, ao mesmo tempo, a sustentabilidade da trajetória fiscal. Trata-se de uma medida preventiva e prudente, voltada à manutenção da capacidade de execução de políticas públicas e ao fortalecimento da resiliência orçamentária estadual.

Mineração e Energias Renováveis

- **Projeto de Lei de Mineração**

Em 2025, o Piauí avançou consideravelmente no cenário minerário, consolidando uma política que visa o pleno aproveitamento dos recursos minerais. Em consonância com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor de forma sustentável, a fim de aproveitar esta vocação com responsabilidade socioambiental, foi enviado para a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI), o Projeto de Lei que propõe a Lei de Mineração do Estado do Piauí.

O PL, que está em tramitação na ALEPI, visa a instituição de 4 Políticas relacionadas à mineração: **a Política de Investimento em Pesquisa Minerária**, a de **Aproveitamento Interno dos Minérios e Resíduos da Mineração**, a de **Desenvolvimento Sustentável da Mineração** e a **Política de Valorização das Gemas Piauienses**. Essa Política evidencia o esforço do Estado em promover um ambiente regulatório que garanta segurança para o investidor, ao mesmo tempo em que redistribui os benefícios da exploração dos minérios estaduais para a população piauiense.

Figura 49 - Políticas Minerárias do Piauí

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: SUMER, 2025.

- **Observatório de Mineração e Energia do Piauí**

Diante da necessidade de consolidar informações precisas e integrar inteligência territorial às decisões estratégicas, em 2025 no evento do **Brazil Energy Conference**, o Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento, lançou o Observatório de Mineração e Energia do Piauí. A plataforma reúne painéis analíticos e atlas territoriais que cobrem, de forma inovadora, setor essencial para o desenvolvimento econômico e sustentável do Estado.

Figura 50 - Lançamento do Observatório de Minas e Energia, realizado no Brazil Energy Conference

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: SUMER, 2025.

Por meio do Observatório, gestores, investidores e a sociedade podem acompanhar o Balanço Minerário e Energético do Piauí, com dados atualizados sobre processos minerários, tipos de substâncias requeridas e produzidas, além dos indicadores de arrecadação e distribuição da CFEM. As análises evidenciam o protagonismo do minério de ferro e do calcário, além da relevância das substâncias destinadas à construção civil.

O módulo territorial do Observatório oferece um panorama abrangente do setor, permitindo visualizar a atividade mineral em relação a comunidades e povos tradicionais, áreas de preservação ambiental e zonas já mapeadas pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), em diferentes escalas. Essas informações orientam decisões sobre ordenamento territorial, sustentabilidade e também em relação ao planejamento logístico do escoamento da produção, contribuindo para maior eficiência e segurança jurídica aos empreendimentos.

O desempenho do minério de ferro merece destaque. Logo após o primeiro pagamento pela exploração pela empresa responsável, em 2022, observou-se um salto expressivo na arrecadação. Enquanto o período de 2020 a 2022 registrou R\$7.235.995,36, o intervalo de 2023 a 2025 alcançou R\$17.564.857,70, um crescimento superior a 100%. Somente o minério de ferro acumulou, nesse período, R\$7.021.659,36, com avanço significativo a partir de 2023, consolidando-se como uma das principais fontes de receita mineral do Estado.

Quanto aos painéis de energia, os mapas mostram a infraestrutura do Estado, em relação a linhas de transmissão e de distribuição, subestações e empreendimentos planejados, acrescidos dos indicadores que mensuram a qualidade da energia elétrica no Estado. Esses dados são essenciais para subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas, bem como para a atração de empresas, investidores e para reverter avanços em infraestrutura em melhorias para a qualidade de vida da população.

Figura 51 - Painel de Mineração do Estado do Piauí



Fonte: SUMER, 2025.

Figura 52 - Painel de Energia do Estado do Piauí



Fonte: SUMER, 2025.

- **Estudo Geoeconômico do Estado do Piauí**

Resultado do Acordo de Cooperação entre a Secretaria de Estado do Planejamento e o Serviço Geológico do Brasil (SGB), este estudo foca na economia mineral, com o objetivo de intensificar a pesquisa, descobertas e o aproveitamento de depósitos minerais, abrangendo toda a cadeia produtiva.

Figura 53 - Estudo Geoeconômico do Estado do Piauí¹⁴



Fonte: Estudo Geoeconômico do Estado do Piauí, 2025.

- **Plano Brasil Nordeste de Transformação Ecológica (PTE-NE)**

A SEPLAN participou ativamente na construção da oficina colaborativa de construção do PTE-NE no Piauí. Trata-se de uma iniciativa do Consórcio Nordeste que visa traduzir as metas nacionais para a realidade, os desafios e, sobretudo, as potencialidades da nossa região. O processo colaborativo envolveu atores de governos, organizações da sociedade civil e especialistas da área socioambiental. Além disso, contribuimos no texto final do Plano que foi publicado e apresentado durante a COP 30, pelo governador Rafael Fonteles. Nossa atuação marca a estratégia do Piauí de se consolidar enquanto motor de políticas de sustentabilidade e transformação ecológica.

¹⁴ Acesse em: <https://drive.google.com/file/d/1t75Lbldz7qPwR47nECjpJt9p1M69jSDq/view>

Figura 54 - Apresentação do Plano Brasil Nordeste de Transformação Ecológica (PTE-NE) pelo Governador Rafael Fonteles

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: SUMER, 2025.Fonte:

Projetos Transversais:

Expandindo sua atuação para além da gestão administrativa, a SUGESPLAN/SEPLAN assumiu a coordenação de projetos transversais estratégicos em 2025. A secretaria foi responsável pela execução dos seguintes Programas: Oportunidade Jovem no âmbito da Secretaria, garantindo a inclusão produtiva e a primeira experiência profissional para dezenas de jovens piauienses. Além disso, liderou a organização da 6ª Conferência Estadual das Cidades, assegurando toda a estrutura logística e metodológica para que o Estado, municípios e sociedade civil debatessem democraticamente o futuro do desenvolvimento urbano no Piauí."

Edital Oportunidade Jovem - Eixo Primeira Oportunidade:

Iniciativa estratégica do Governo do Piauí, coordenada pela SEPLAN em parceria com Coordenadoria da Juventude do Piauí (Cojuv), Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE), Investe Piauí e Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Sasc), o programa teve como objetivo focar na inclusão produtiva de jovens de 18 a 29 anos que buscam ingressar no

mercado de trabalho formal. Seu objetivo central foi romper o ciclo do "sem experiência, sem emprego", oferecendo incentivos financeiros estatais para empresas que contratarem jovens em situação de vulnerabilidade social (inscritos no CadÚnico) e sem registro anterior em carteira.

Além da intermediação de mão de obra através da plataforma digital "Piauí Oportunidades" — que utiliza inteligência artificial para conectar perfis às vagas —, o programa subsidiou parte do salário desses novos contratados, reduzindo o custo para o empregador e fomentando a abertura de postos de trabalho. Dessa forma, o eixo atuou duplamente: combate ao desemprego juvenil e qualificação da força de trabalho estadual, garantindo que a primeira experiência profissional seja acompanhada de direitos trabalhistas e capacitação técnica.

Na condição de coordenadora do eixo, a SEPLAN empenhou-se na expansão do programa por meio de um esforço contínuo de mobilização. Foram promovidas reuniões com o empresariado e lideranças locais de diferentes municípios para ampliar o engajamento e garantir a capilaridade das oportunidades ofertadas.

Figura 55 - Apresentação do programa Oportunidade Jovem aos representantes do município de Coivaras - PI.

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: SEPLAN, 2025.

Como resultado do programa no ano em exercício, foram registrados **356 jovens habilitados, 20 empresas parceiras e 79 contratações**.

Figura 56 - Editais Status de Report de Projeto

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: Site do Piauí Oportunidades, 2025.

6ª Conferência Estadual das Cidades

Em 2025, a SEPLAN assumiu o desafio de coordenar a **6ª Conferência Estadual das Cidades**, uma etapa fundamental da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). A organização foi conduzida de forma transversal pela SUGESPLAN em conjunto com o Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET) com o objetivo de promover o debate democrático sobre o futuro das cidades piauienses. O processo de preparação envolveu uma intensa agenda de reuniões semanais das Comissões Organizadora e de Metodologia, além de uma forte campanha de mobilização para garantir que os municípios realizassem suas conferências locais dentro do prazo estipulado.

Nesse contexto, a **SEPLAN** desempenhou um papel técnico central ao assumir a função de **Ponto Focal Estadual**. A secretaria ficou responsável pela articulação direta com o Ministério das Cidades e pela gestão da plataforma **ReDUS** (Rede para o Desenvolvimento Urbano Sustentável). O trabalho da equipe técnica incluiu a

orientação aos gestores municipais sobre os regimentos, a validação das inscrições e a sistematização das propostas estaduais, assegurando que a participação do Piauí estivesse em total conformidade com as diretrizes nacionais.

O ciclo culminou na realização da Etapa Estadual nos dias **19 e 20 de agosto de 2025**. O evento reuniu governo e sociedade civil para formular diretrizes de planejamento urbano, resultando na eleição dos delegados e na consolidação das propostas que o Piauí levará para o debate nacional. Após o evento, a SEPLAN finalizou os relatórios oficiais e manteve o suporte contínuo aos delegados eleitos, fortalecendo a representatividade do estado na construção de cidades mais inclusivas e sustentáveis.

Figura 57 - Participação na 6ª Conferência das Cidades

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Fonte: SEPLAN, 2025

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Este capítulo apresenta as informações financeiras extraídas via SIAFE-PI, abrangendo o período compreendido entre janeiro e dezembro de 2025. De maneira detalhada, o documento reúne dados relacionados aos programas executados, às ações orçamentárias e aos valores liquidados por produto PPA. Essa análise não

apenas subsidia a tomada de decisões estratégicas, mas também reforça o compromisso da SEPLAN com a transparência e a eficiência na gestão pública.

4.1 Informações Contábeis e Gestão de Orçamento

Durante o exercício de 2025, a Secretaria executou seu orçamento por meio de quatro programas: “Piauí Inclusivo”; “Piauí Integrado”; “Avança Piauí” e “Gestão, Inovação e Transformação Digital”, ambos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 8 – Execução das Ações Orçamentárias por Programa

Unidade Gestora / Programa de Trabalho / Fonte / Natureza Despesa	2025				
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
19101 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	2.330.751.050,00	62.787.135,64	59.105.380,31	57.593.408,57	43.902.627,93
0105 - Piauí Integrado					
19.101.04.121.0105.5029 -COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2.228.334.551,00	0,06	0,00	0,00	0,00
0109 - Gestão, Inovação e Transformação Digital					
19.101.04.121.0109.6013 - GESTÃO DOS PROJETOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO	11.244.764,00	9.181.372,11	6.491.843,38	5.937.288,09	5.828.854,09
19.101.04.121.0109.6014 - ESTUDOS, PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TERRITORIAL DO PIAUÍ	1.579.000,00	248.122,00	148.121,60	69.225,20	69.225,20
19.101.04.121.0109.6027 - PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO ESTRATÉGICO	9.790.525,00	6.701.876,75	6.415.885,76	6.089.683,92	6.071.899,07
19.101.04.122.0109.2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	10.726.412,00	7.421.385,07	7.053.793,10	6.710.147,99	6.630.446,50
19.101.04.122.0109.2500 - GESTÃO DE PESSOAS	34.189.368,00	25.389.587,05	25.226.673,47	25.021.990,37	24.638.918,07

19.101.04.122.0109.6011 - RESERVA TÉCNICA PARA ALOCAÇÃO DE EMENDAS	6.771.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.101.04.126.0109.5040 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO ORIENTADO PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.101.04.126.0109.7100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	5.025.000,00	615.064,00	582.443,00	578.453,00	576.853,00
0104 - Piauí Inclusivo					
19.101.11.334.0104.6306 - INCENTIVO AO PROGRAMA PRIMEIRA OPORTUNIDADE	2.000.000,00	145.728,00	136.620,00	136.620,00	36.432,00
0106- Avança Piauí					
19.101.25.663.0106.5117 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BASE DE DADOS, AMBIENTE REGULATÓRIO E POTENCIALIDADES DO PIAÚI EM MINERAÇÃO E ENERGIA RENOVÁVEIS	21.090.000,00	13.084.000,60	13.050.000,00	13.050.000,00	50.000,00

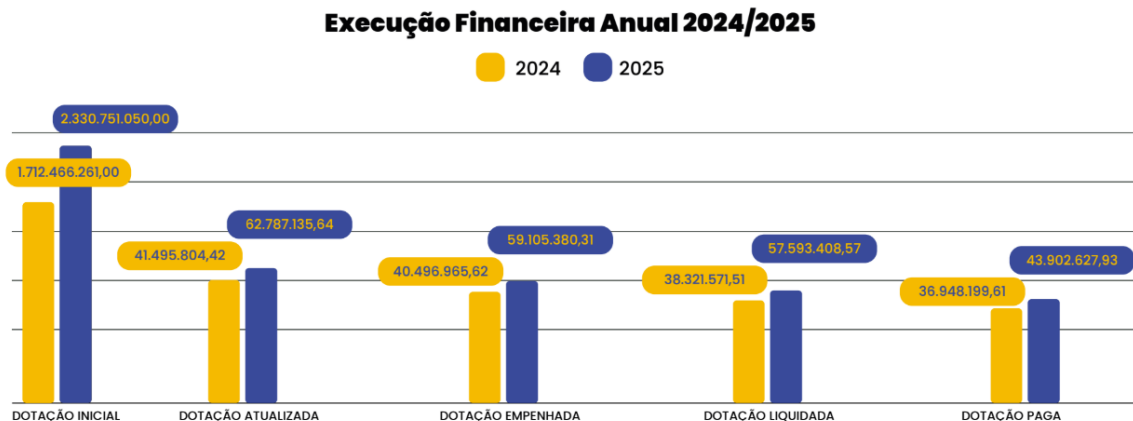
Fonte: SIAFE-PI, 2025.

Quadro 9 - Execução orçamentária anual

ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
2024	1.712.466.261,00	41.495.804,42	40.496.965,62	38.321.571,51	36.948.199,61
2025	2.330.751.050,00	62.787.135,64	59.105.380,31	57.593.408,57	43.902.627,93

Fonte: SIAFE-PI, 2025.

Gráfico 8 - Execução Financeira Anual 2024/2025



Fonte: SIAFE. Unidade: Diretoria Financeira (2025)

4.2 Dos Contratos e dos Bens Adquiridos

No que diz respeito aos contratos formalizados pela Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) para o exercício de 2025, o quadro apresentado a seguir oferece um levantamento detalhado e sistematizado, abrangendo as principais informações pertinentes.

Quadro 10 - Contratos e Bens Adquiridos

ORDEM	CONTRATADO	OBJETO	VALOR GLOBAL	PUBLICAÇÕES / TCE (SITE SEPLAN)	SITUAÇÃO
1	CONTRATO DE RATEIO	Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a definição de valores, das regras e dos critérios de participação financeira do ente Consorciado na cobertura das despesas operacionais relativas às atividades do Consórcio para o exercício de 2025.	R\$ 781.275,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=796626	VENCIDO
2	COMPARAÇÃO DE PREÇO - BID	Constitui objeto do presente contrato a locação de 02 veículos automotores, tipo pick-up, com motorista habilitado, para serem utilizados pela UCP/SEPLAN.	R\$ 291.600,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=807670	VENCIDO

3	INEXIGIBILIDADE	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de consultoria, com o objetivo de dar continuidade à Implementação dos Marcos Fiscal e Orçamentário de Médio Prazo (MFMP e MOMP) no Estado do Piauí, abrangendo a gestão fiscal, orçamentária e financeira, bem como o monitoramento e a avaliação.	R\$ 1.255.400,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=808435	VIGENTE
4	INEXIGIBILIDADE	Concessão de patrocínio para a realização do "Congresso Meio-Norte de Cannabis Medicinal da Universidade Federal do Piauí", realizado pela Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, com realização no período de 20 a 22 de março de 2025, no município de Teresina-PI.	R\$ 46.750,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=809630	VENCIDO
5	INEXIGIBILIDADE	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria técnica, para realizar a coleta e análise dos dados técnicos para análise de exequibilidade e viabilidade técnica das propostas do OPA 2025/2026 nos municípios de Floriano, Parnaíba, Picos, Piripiri e Teresina.	R\$ 1.507.888,64	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=809952	VENCIDO
6	INEXIGIBILIDADE	Contratação Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), conforme Contrato 5611/OC-BR - BR-L1542 - Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI) através dos acordos de empréstimo com o BID e FIDA	R\$ 2.428.156,50	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=810115	VIGENTE
7	CONSULTORIA INDIVIDUAL	Contratação de Especialista na Área de Gestão Financeira para apoiar tecnicamente a Unidade de Coordenação do Projeto - UCP/SEPLAN no gerenciamento financeiro do Programa de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-COVID 19 no Piauí (PDH).	R\$ 126.720,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=810116	VIGENTE

8	CONSULTORIA INDIVIDUAL	Contratação de consultoria individual, em tecnologia da informação, prestada por profissional especializado em análise de dados, para apoiar à UCP/SEPLAN, do Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé – Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI).	R\$ 126.720,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=810305	VIGENTE
9	CONTRATAÇÃO DIRETA (SELEÇÃO DIRETA)	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para: a) assessoramento e configuração do sistema SIGMA - Sistema de Informações, Gestão e Monitoramento e Avaliação; (b) treinamento para servidores das agências envolvidas no Projeto para operacionalização eficiente do sistema; (c) treinamento com transferência de conhecimento para servidores e consultores na área de tecnologia da informação; (d) construção de novas funcionalidades no sistema para atender as necessidades do PSI.	R\$ 118.892,83	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=820600	VIGENTE
10	CONSULTORIA INDIVIDUAL	Contratação de consultoria individual prestada por técnico profissional especializado, com formação na área e habilitado como Engenheiro Civil, com perfil júnior, para apoiar à UCP/SEPLAN do Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé – Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI).	R\$ 126.720,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=820655	VIGENTE
11	CONSULTORIA INDEPENDENTE	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Auditoria Financeira Independente, a ser realizada sob as regras do BID e custeada pelo Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé – Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI).	R\$ 118.104,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=820637	VIGENTE

12	CONSULTORIA INDIVIDUAL	Contratação de Especialista na Área de Monitoramento e Avaliação para apoiar tecnicamente a Unidade de Coordenação do Projeto - UCP/SEPLAN no gerenciamento financeiro do Programa de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-COVID 19 no Piauí (PDH).	R\$ 126.720,00	https://sistem as.tce.pi.gov.br /muralcon/detalheContrato.xhtml?id=820871	VIGENTE
13	CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA)	Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos para a reestruturação da infraestrutura de Wi-Fi da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN/PI, compreendendo 1 (uma) controladora, 15 (quinze) fontes PoE e 15 (quinze) pontos de acesso Wi-Fi 6.	R\$ 49.855,00	https://sistem as.tce.pi.gov.br /muralcon/detalheContrato.xhtml?id=831861	VENCIDO
14	CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA)	Contratação de veículo tipo passeio, com motorista qualificado, com combustível, potência mínima de 1.0, 04 (quatro) portas, equipado com ar-condicionado, manutenção mecânica permanente por conta da contratada, com no máximo 2 (dois) anos de fabricação.	R\$ 168.200,00	https://sistem as.tce.pi.gov.br /muralcon/detalheContrato.xhtml?id=832764	VENCIDO
15	CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA)	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria técnica, para auxiliar no monitoramento e avaliação dos indicadores e proposição de correções relativas ao Pacto pela Redução de Acidentes no Trânsito.	R\$ 54.000,00	https://sistem as.tce.pi.gov.br /muralcon/detalheContrato.xhtml?id=833056	VIGENTE
16	CONTRATAÇÃO SDC _ PDH	Contratação de empresa especializada no fornecimento de mobiliário (cadeiras, mesas e gaveteiros), para atender as necessidades da Unidade de Coordenação do Projeto Piauí Pilares de Desenvolvimento Humano (UCP/PDH) – SEPLAN/PI.	R\$ 273.954,80	https://sistem as.tce.pi.gov.br /muralcon/detalheContrato.xhtml?id=833061	VIGENTE

17	ADESÃO (SEAD)_BID	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, de emissão, de alteração, de marcação, de remarcação e de cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais e demais serviços correlatos, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN/PI	R\$ 801.792,83	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=834171	VIGENTE
18	ADESÃO (SEAD)_BID	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, de emissão, de alteração, de marcação, de remarcação e de cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais e demais serviços correlatos, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN/PI	R\$ 92.655,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=834156	VIGENTE
19	TERMO DE ADESÃO N. 01/2025 - LEI 8545 - OPORTUNIDADE JOVEN	Subvenção econômica, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às empresas participantes do Programa de Oportunidades de Trabalho para Jovens. "OPORTUNIDADE JOVEN", no Eixo "Primeira Oportunidade", conforme previsto e autorizado pela Lei nº 8.545/2024.	R\$ 4.554,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=846234	VENCIDO
20	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e implantação de licença "Bitrix24 Enterprise Anual", com vistas a atender as necessidades da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN/PI	R\$ 27.978,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=846307	VIGENTE

21	TERMO DE OUTORGA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA - LEI N. 8.477/2024	Concessão de subvenção econômica pelo CONCEDENTE à BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO, no valor de R\$ 80.093.676,12 (oitenta milhões, noventa e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e doze centavos), para execução do projeto destinado às despesas de reforço e suprimento energético das Subestações Ribeiro Gonçalves II e Uruçuí III, entre os municípios de Ribeiro Gonçalves - PI e Uruçuí - PI, visando à implantação do Complexo Industrial de Uruçuí, conforme atribuições e responsabilidades especificadas no Plano de execução e Cronograma de Aplicação; e execução, pela DISTRIBUIDORA, das obras previstas no item F, conforme premissas pactuadas no Termo de Outorga de Subvenção Econômica e em seus anexos	R\$ 80.093.676,12	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=835824	VIGENTE
22	CONTRATO DE PATROCÍNIO - TRILOGIA CAMONEANA - CAMÕES, O LÍRICO	Concessão de patrocínio para a realização do projeto "Trilogia Camoneana – Camões, o Lírico", promovido pelo Instituto Comradio do Brasil/Ubiqua, em alusão aos 500 anos de nascimento de Luís Vaz de Camões e aos 430 anos dos Rhythmas, reunindo programação literária e cultural, com realização no dia 10 de junho de 2025, no município de Teresina-PI.	R\$ 43.000,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=847017	VENCIDO
23	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Contratação de pessoa especializada na prestação de serviços de desenvolvimento e coordenação de modelagem BIM para projeto de climatização.	R\$ 14.986,50	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=847938	VENCIDO
24	INEXIGIBILIDADE	Contratação de inscrição de 01 (um) servidor da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN/PI, para participação no "BIM Fórum Conference - Brasil 2025", em formato presencial, com o objetivo de atender as necessidades dos servidores da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí – SEPLAN/PI.	R\$ 1.382,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=847865	VENCIDO

25	CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA)	Contratação de veículo do tipo Van Executiva com capacidade para no mínimo 14 (quatorze) passageiros, com motorista, combustível, equipado com assentos confortáveis, ar-condicionado e cinto de segurança em todos os assentos, para viabilizar a logística de transporte da equipe técnica da SEPLAN-PI responsável pela realização das plenárias do evento "Diálogos pelo Piauí".	R\$ 27.600,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.html?id=848462	VIGENTE
26	INEXIGIBILIDADE	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria técnica e capacitação, para subsidiar o Governo do Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí SEPLAN/PI, no desenvolvimento do Ranking de Competitividade dos 224 municípios do Piauí, incluindo os com menos de 80 mil habitantes, com metodologia CLP, para apoiar decisões estratégicas, e também ministrar curso objetivando a capacitação dos servidores públicos estaduais sobre indicadores e políticas públicas baseadas em evidência.	R\$ 532.500,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.html?id=849300	VIGENTE
27	TERMO DE ADESÃO N. 001/2025 - LEI 8545 - OPORTUNIDADE JOVEN	Subvenção econômica, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às empresas participantes do Programa de Oportunidades de Trabalho para Jovens. "OPORTUNIDADE JOVEN", no Eixo "Primeira Oportunidade", conforme previsto e autorizado pela Lei nº 8.545/2024.	R\$ 13.662,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.html?id=851123	VENCIDO
28	TERMO DE ADESÃO N. 07/2025 - LEI 8545 - OPORTUNIDADE JOVEN	Subvenção econômica, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às empresas participantes do Programa de Oportunidades de Trabalho para Jovens. "OPORTUNIDADE JOVEN", no Eixo "Primeira Oportunidade", conforme previsto e autorizado pela Lei nº 8.545/2024.	R\$ 9.108,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.html?id=851156	VENCIDO

29	INEXIGIBILIDADE	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação de ações integradas nos projetos “Pactos pelo Piauí”, “Diálogos pelo Piauí” e “Operação Água e Vida”, com vistas ao fortalecimento da governança pública, promoção do diálogo social e garantia da segurança hídrica no Estado do Piauí, em consonância com os princípios da gestão pública participativa, eficiente e sustentável.	R\$ 81.000,00	https://sistema.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=851062	VIGENTE
30	LIBERAÇÃO	Contratação de empresa especializada locação de veículos observando-se o disposto no Decreto Estadual nº 14.386, de 18 de janeiro de 2011, visando atender as necessidades da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí, observando os detalhes técnicos e operacionais, especificações e condições constantes neste Contrato. O objeto da contratação visa atender as necessidades do OPA, que é coordenado pela Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí, e, do gabinete do Secretário de Planejamento.	R\$ 365.800,00	https://sistema.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=851424	VIGENTE
31	TERMO DE FOMENTO Nº 001/2025	Termo de Fomento é o apoio ao fortalecimento e a capacidade de gestão das prefeituras dos municípios de Domingos Mourão, Novo Santo Antônio, Ipiranga do Piauí, Porto e Boa Hora, ampliando a eficiência no planejamento estratégico, na elaboração de projetos, na captação de recursos e na comunicação pública, por meio de metodologias ágeis e ferramentas baseadas em Inteligência Artificial, de acordo com o Plano de Trabalho devidamente aprovado e condições fixadas neste instrumento e seus anexos	R\$ 300.000,00	https://sistema.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=851647	VENCIDO

31	ADESÃO - SEAD	Contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de natureza não continuada, de agentes de voto para auxiliar na fase de votação do OPA 2025-2026, a ser realizada nos municípios de Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri e Floriano, todos localizados no Estado do Piauí.	R\$ 233.638,22	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=852803	VENCIDO
32	LIBERAÇÃO/ADESÃO	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de natureza continuada de locação de espaços com e sem alimentação, mobiliário adequados e serviços correlatos, com vistas ao atendimento das necessidades da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN/PI	R\$ 290.008,92	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=852953	VIGENTE
33	TERMO DE ADESÃO N. 02/2025 - LEI 8545 - OPORTUNIDADE JOVEN	Subvenção econômica, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às empresas participantes do Programa de Oportunidades de Trabalho para Jovens. "OPORTUNIDADE JOVEN", no Eixo "Primeira Oportunidade", conforme previsto e autorizado pela Lei nº 8.545/2024.	R\$ 9.008,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=864562	VIGENTE
34	CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA)	Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral sem gás, envasada em copos plásticos de 200 ml (caixas com 48 unidades) e em garrafas retornáveis de 20 litros, para atender à demanda da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí – SEPLAN/PI.responsável pela realização das plenárias do evento "Diálogos pelo Piauí".	R\$ 19.300,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=865265	VIGENTE
35	CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA)	Contratação de empresa especializada no fornecimento de 01 (um) novo aparelho de ar-condicionado, tipo split, com capacidade de 30.000 Btu's, para atender as necessidades da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN/PI.	R\$ 8.028,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=865357	VENCIDO

36	TERMO DE ADESÃO N. 003/2025 - LEI 8545 - OPORTUNIDADE JOVEN	Subvenção econômica, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às empresas participantes do Programa de Oportunidades de Trabalho para Jovens. "OPORTUNIDADE JOVEN", no Eixo "Primeira Oportunidade", conforme previsto e autorizado pela Lei nº 8.545/2024.	R\$ 13.662,00	https://sistema.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=865264	VIGENTE
37	INEXIGIBILIDADE	Contratação de inscrição de 02 (dois) servidores da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN/PI, para participação do curso de formação "Inteligência Artificial e Dados: Regulação e Governança", a ser promovido pela empresa DATA PRIVACY ENSINO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.809.465/0001-59	R\$ 6.228,00	https://sistema.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=875445	VIGENTE
38	TERMO DE ADESÃO N. 004/2025 - LEI 8545 - OPORTUNIDADE JOVEN	Subvenção econômica, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às empresas participantes do Programa de Oportunidades de Trabalho para Jovens. "OPORTUNIDADE JOVEN", no Eixo "Primeira Oportunidade", conforme previsto e autorizado pela Lei nº 8.545/2024.	R\$ 13.662,00	https://sistema.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=875737	VIGENTE
39	TERMO DE ADESÃO N. 005/2025 - LEI 8545 - OPORTUNIDADE JOVEN	Subvenção econômica, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às empresas participantes do Programa de Oportunidades de Trabalho para Jovens. "OPORTUNIDADE JOVEN", no Eixo "Primeira Oportunidade", conforme previsto e autorizado pela Lei nº 8.545/2024.	R\$ 9.108,00	https://sistema.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=886714	VIGENTE
40	TERMO DE ADESÃO N. 006/2025 - LEI 8545 - OPORTUNIDADE JOVEN	Subvenção econômica, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às empresas participantes do Programa de Oportunidades de Trabalho para Jovens. "OPORTUNIDADE JOVEN", no Eixo "Primeira Oportunidade", conforme previsto e autorizado pela Lei nº 8.545/2024.	R\$ 182.160,00	https://sistema.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=887386	VIGENTE

41	LIBERAÇÃO	Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de Aparelho ar condicionado; Tensão - 220 V; Tipo - Split Hi Wal; Selo Procel; Serpentina de Cobre. COTA PRINCIPAL (75,14%) com INSTALAÇÃO	R\$ 20.448,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=888517	VIGENTE
42	CONTRATO DE PATROCÍNIO - CAPÍTULO ROSACRUZ	Concessão de patrocínio para a realização do evento: “Convenção Rosacruz Regional – NE-3”, promovida pelo Capítulo Rosacruz Teresina – AMORC, entidade cultural, educacional e filosófica sem fins lucrativos, a ocorrer entre 20 e 22 de novembro de 2025, em Teresina-PI.	R\$ 30.000,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=889153	VIGENTE
43	ADESÃO - DNIT	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada (02 Motoristas de veículo leve), para atender as necessidades decorrentes da rotina administrativa da SEPLAN-PI.	R\$ 160.485,60	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=901438	VIGENTE
44	INEXIGIBILIDADE	Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.	4.554,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=889686	VIGENTE
45	CONSULTORIA INDIVIDUAL	Consultoria especializada em aquisições, responsável pela coordenação de aquisições da UCP/SEPLAN, no Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé – Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI).	R\$ 126.720,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=850565	VIGENTE

46	CONSULTORIA INDIVIDUAL	Contratação de 01 (um) consultor individual especialista em gestão de projetos de tecnologia, para assessorar a Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí – SEPLAN/PI, no contexto do Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé – PSI, garantindo apoio complementar à equipe durante as etapas de implantação e customização do sistema operacional do projeto, incluindo seus processos e fluxos de dados e análises.	R\$ 228.960,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=835651	VIGENTE
47	CONSULTORIA INDIVIDUAL	Contratação de consultoria individual, Analista em gestão de projetos de tecnologia e dados, para assessorar à UCP/SEPLAN, no Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo das Bacias dos Rios Piauí e Canindé – Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI).	R\$ 42.000,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=846737	VIGENTE
48	DISPENSA	contratação de Empresa Especializada de Engenharia, para Executar os Serviços de Reforma da Nova Sede da Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí (SEPLAN/PI), em Teresina-PI, a ser realizada sob as regras do BID e custeada pelo Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI).	R\$ 4.512.257,85	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=853034	VIGENTE

49	INEXIGIBILIDADE	O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria técnica e capacitação, para subsidiar o Governo do Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN/PI, no desenvolvimento do Ranking de Competitividade dos 224 municípios do Piauí, incluindo os com menos de 80 mil habitantes, com metodologia CLP, para apoiar decisões estratégicas, e também ministrar curso objetivando a capacitação dos servidores públicos estaduais sobre indicadores e políticas públicas baseadas em evidência.	R\$ 532.500,00(valor inicial) R\$ 1.080.000,00(valor atualizado)	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=849300	VIGENTE
50	TERMO DE ADESÃO N. 08/2025 - LEI 8545 - OPORTUNIDADE JOVEN	Subvenção econômica, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às empresas participantes do Programa de Oportunidades de Trabalho para Jovens. "OPORTUNIDADE JOVEN", no Eixo "Primeira Oportunidade", conforme previsto e autorizado pela Lei nº 8.545/2024.	R\$ 72.864,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=901387	VIGENTE
51		Subvenção econômica, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às empresas participantes do Programa de Oportunidades de Trabalho para Jovens. "OPORTUNIDADE JOVEN", no Eixo "Primeira Oportunidade", conforme previsto e autorizado pela Lei nº 8.545/2024.			
52	DISPENSA	O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Desenvolvimento e Coordenação de Modelagem BIM (Building Information Modelling) para projeto de climatização.	R\$ 14.986,50	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=847938	VENCIDO

53	DISPENSA	contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e implantação de licença "Bitrix24 Enterprise Anual", com vistas a atender as necessidades da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN/PI.	R\$ 27.978,00	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=846307	VIGENTE
54	DISPENSA	Contratação direta da Empresa Elétrica Locações e Eventos LTDA (Imagem & Ação) para prestação de serviços ao evento Diálogos pelo Piauí	459.710,10	https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=848586	VIGENTE

Uma contratação que destacamos foi a de uma empresa especializada para execução da reforma da nova sede da SEPLAN, reforçando o compromisso desta secretaria com a **qualidade de vida no trabalho**. A reestruturação busca garantir padrões elevados de ergonomia, acessibilidade e conforto, entendendo que o ambiente físico é determinante para a saúde ocupacional. Esse investimento se traduz em um ativo intangível valioso: equipes mais dispostas, integradas e engajadas, capazes de entregar resultados superiores para a sociedade piauiense.

Figura 58 - Obra da nova sede da SEPLAN

Em atendimento à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), esta publicação está temporariamente sujeita às restrições aplicáveis ao período eleitoral de 2026. A divulgação dos conteúdos será retomada após o término desse período.

Figura 59 - Visita à obra da nova sede da SEPLAN



Fonte: SUME, 2025.

Quanto aos bens adquiridos pela Secretaria de Estado do Planejamento no ano de 2025 totalizaram 300 itens/bens, sendo 299 adquiridos pela fonte 754 (operação de crédito externo) e apenas 1 - pela fonte 500/501 (tesouro estadual), conforme detalhado no ícone clicável a seguir:

- Ícone clicável com a lista de bens:
- <https://drive.pi.gov.br/s/TkcCpSgeYxNMRmA>

APÊNDICE
RELAÇÃO DE GESTORES DA UNIDADE

Quadro 11 - Relação de Gestores da Unidade

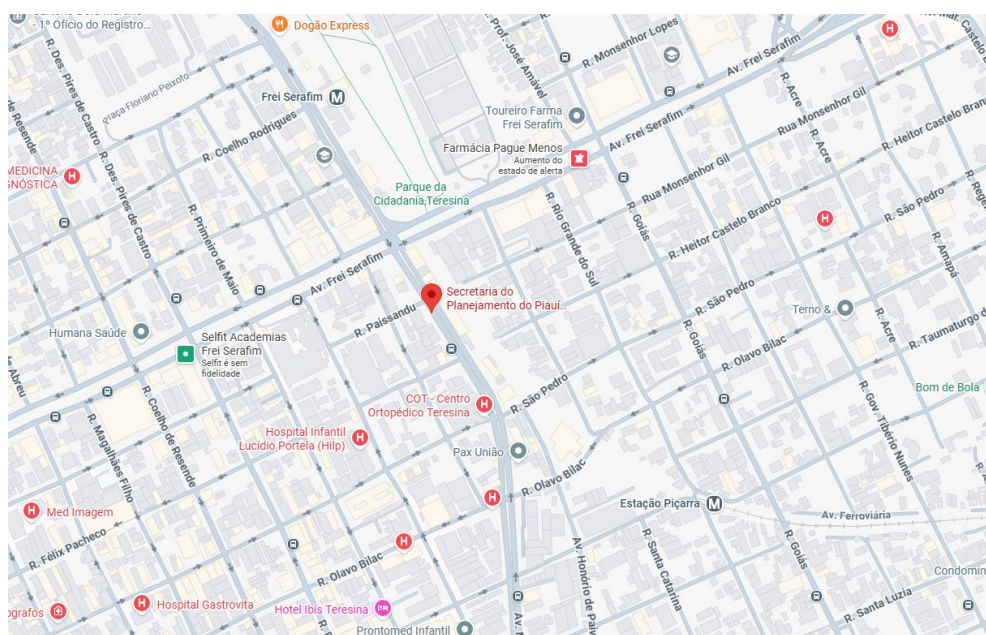
NOME	CARGO	E-MAIL INSTITUCIONAL	TELEFONE INSTUCIONAL
Washington Luís de Sousa Bonfim	Secretário de Estado de Planejamento	washington.luis@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Adrianne Feitosa Arruda	Superintendente de Planejamento e Orçamento Estadual (SUPOE)	adrianne.arruda@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Monique de Menezes Urra	Superintendente de Gestão (SUGESPLAN)	monique.urra@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Bruno Casanova Cerullo	Superintendente de Mineração e Energias Renováveis (SUMER)	bruno.casanova@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Eduardo Andrade Speeden	Superintendente de Cooperação Técnico-Financeiro (SUTEF)	eduardo.speeden@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Gabriela Celso Melo Soares de Vasconcelos	Superintendente de Monitoramento Estratégico (SUME)	gabriela.celso@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Cíntia Bartz Machado	Superintendente de Planejamento Participativo e Estudos Econômicos e Sociais (CIET)	cintia.bartz@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Francisca Costa	Diretora Administrativa e Financeira (DAFIN)	maria.pinheiro@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Raphael Tataia	Diretor Tecnologia e Inovação – DITI/SUGESPLAN	raphael.tataia@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Karol Jeffesrson Alves de Sousa	Diretor de Gestão Estratégica para Pessoas – DGEP/SUGESPLAN	karol.alves@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Gabriela Oliveira Rodrigues	Diretoria de Mineração e Energias Renováveis (DMER/SUMER)	gabriela.rodrigues@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Francisco Eliseu de Sousa Pereira Júnio	Diretor de Planejamento (DPLN/SUPOE)	francisco.junior@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683

Salvador Lopes Neto	Diretor de Orçamento (DORC/SUPOE)	salvador.neto@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Sérgio Ricardo Rodrigues Silva	Diretor de Projeção e Metas Fiscais (DPMF/SUPOE)	sergio.silva@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Enia Jéssica Meneses de Lima	Diretora de Orçamento Participativo (DOPP/SUPOE)	enia.meneses@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Diarlison Lucas Silva da Costa	Diretor de Economia Aplicada e Estatística (DEAE/CIET)	diarlison.costa@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Renata de Lacerda Lopes	Diretora de Análise e Avaliação em Políticas Públicas (DAPP/CIET)	renata.lopes@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Bruna de Freitas Iwata	Diretora de Planejamento e Inteligência Territorial (PLANTI/CIET)	bruna.iwata@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Eduardo Nobre	Diretor de Operações Internas – DOIN/SUTEF	eduardo.nobre@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Célio Pitanga	Diretor de Operações Externas – DOEX	celiopitanga@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Yolanda Maria Oliveira Costa	Diretoria de Gestão de Convênios e Repasses (DGCR)	yolanda.costa@setur.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Raul Wesley Leal Bonfim	Diretoria de Monitoramento de Políticas Públicas (DMPP)	raul.leal@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Marcio Joubert de Sousa Sampaio	Diretoria de Monitoramento de Ações (DIMA)	marcio.sampaio@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Gabriel de Almeida Oliveira	Diretoria de Gestão e Projetos Especiais (DIGEPE/SUME)	gabriel.oliveira@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
Francisco William da Silva	Coordenador do Núcleo de Controle Interno	francisco.william@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683

Emanuel do Bonfim Veloso Filho	Ouvidor Interno	emanuel.filho@seplan.pi.gov.br	(86) 9 9490- 9683
--------------------------------	-----------------	--------------------------------	-------------------

LOCALIZAÇÃO

A sede da SEPLAN-PI está localizada em Teresina-PI, na Av. Miguel Rosa, nº 3190, Centro/Sul.



O horário de atendimento ao público do órgão é das 07h30 até 13h30.

Site Institucional e Contato

Site Institucional: <https://www.seplan.pi.gov.br/>

Telefone: (86) 9 9490- 9683

E-mail: gabinete@seplan.pi.gov.br

Instagram: @seplan_pi